



N.º 14

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE  
JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS /  
DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, no Centro  
2 Comunitário de Nossa Senhora de Machede, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com  
3 a seguinte **Ordem do Dia**:

4  
5  
6 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

7  
8  
9 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

10  
11 A) Proposta de aprovação da Ata nº 12 de 25-03-2023.  
12

13  
14 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

15  
16 Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apresentou os  
17 seguintes pontos:

18  
19 1. Nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal de Évora para a Comissão  
20 de Proteção de Crianças e Jovens de Évora (CPCJ).  
21

22 Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresentou os seguintes  
23 pontos:

- 24 2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a  
25 situação financeira do mesmo - Para conhecimento;  
26 3. Prestação de Contas Consolidadas 2022;  
27 4. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental | 3º trimestre de 2022 e  
28 Relatório e Contas de 2022 da Habévora, E.M. - Para conhecimento.  
29

30 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

31  
32 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou o senhor Presidente  
33 da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público presente, os que  
34 acompanham remotamente e todos os técnicos e funcionários que acompanham a Sessão.  
35

36 Estiveram presentes os membros da Mesa:

37 **Presidente - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

38 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**

39 **2ª Secretária - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso** (em substituição de Maria da Nazaré  
40 Pereira Lança)

41  
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais  
43 eleitos, verificando-se as seguintes presenças e ausências:

1 **Presentes:**

- 2 - Maria Clara Canotilho Grácio  
3 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos  
4 - Paula Cristina Nobre de Deus  
5 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)  
6 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes  
7 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros  
8 - Natanael José Carvalho da Vinha  
9 - José Maria Rodrigues Figueira  
10 - Maria Cristina Correia Santos Mata  
11 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira  
12 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo  
13 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa  
14 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor  
15 - Maria de Lurdes Beraldo de Brito (em substituição de Luís Maria Nunes dos Santos)  
16 - Bruno Manuel dos Santos Martins  
17 - Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (em substituição de Maria da Nazaré Pereira  
18 Lança)  
19 - Joaquim José Pombinho Faria  
20 - Maria Silvina Caeiro Miranda (em substituição de António João Tonaco Gavela)  
21 - Luís Carlos Fialho Pardal  
22 - Bernarda Julieta da Noite Cota  
23 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo  
24 - Isolinda Rosa Pintado Bailote Esperança (em substituição de Joaquim António Filipe  
25 Pimpão)  
26 - Redolfo Constantino Pereira  
27 - José Vitorino Piteira  
28 - Maria Antónia Mendes Zacarias (em substituição de David Miguel Mirrado Lopes)  
29 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho  
30 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro  
31 - Isidro José de Oliveira Lobo

32  
33 **Ausentes:**

- 34 - Francisco Manuel Branco de Brito  
35 - Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma

36  
37 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 38 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá  
39 - Alexandre Manuel Rosa Varela  
40 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão  
41 Calixto)  
42 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico  
43 - Florbela da Luz Descalço Fernandes

44  
45 **Ausentes:**

- 46 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim  
47 - Patrícia José Correia Raposinho

48  
49 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

50  
51 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público e  
52 questionou se alguém pretendia intervir, tendo registado dois pedidos.

1 O munícipe **Paulo Ribeiro** saudou todos os presentes iniciou a sua intervenção, em nome  
2 do Movimento Cuidar de Évora, começando por agradecer, em particular, ao senhor  
3 Presidente da Junta de Freguesia, pela forma como os recebeu e pelo roteiro que preparou,  
4 que permitiu conhecer, do ponto de vista habitacional, associativo, económico e industrial o  
5 que se passa na sua freguesia. Agradeceu a simpatia e endereçou as maiores felicidades para  
6 o restante mandato e para toda a freguesia. Disse ainda que, da parte do Movimento Cuidar  
7 de Évora, estão totalmente de acordo com tudo o que venha a ser desenvolvido em prol das  
8 pessoas, para que possam evoluir, para que ocorra uma análise ao PDM, que permita que a  
9 futura zona industrial seja bem-sucedida, que seja um polo dinamizador da sua freguesia e  
10 reiterou o seu compromisso para com a população de Nossa Senhora de Machede.

11 Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, perguntou se já está pensada a estrutura que será  
12 adotada para Évora Capital Europeia da Cultura 2027, porque considera importante a  
13 perceção da dimensão dos futuros grandes desafios, designadamente a estrutura a adotar, as  
14 atribuições, as competências, a política de governação, a dotação orçamental e a definição.  
15 Expôs, ainda, o assunto relacionado com a Urbanização do Cabeço do Arraial, que é uma  
16 urbanização muito heterogénea, com um grande sentimento de vizinhança onde todos vão  
17 “tratando um pouco da sua porta”. Contudo destacou que as ruas laterais, em termos de  
18 limpeza, precisam de mais cuidado, pelo que questionou se os serviços, ou em articulação  
19 com a junta, poderiam reunir esforços naquele sentido, porque se pensarem nos três grandes  
20 eixos, a segurança efetiva, a segurança percecionada e a higiene e limpeza urbana, são, para  
21 eles, os três pilares fundamentais para uma fruição do espaço público.

22

23 O munícipe **Almerindo Cardador** começou por cumprimentar todos os presentes e  
24 informou ter sido incumbido, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, de perguntar ao  
25 Presidente da Câmara quando é que procedem à reparação da Estrada de Machede, ao ramal  
26 de Santa Susana, e até Reguengos, porque, com as idas frequente a Reguengos, já se viu  
27 obrigado a substituir os pneus e amortecedores, da sua viatura, pois há mais de dez anos que  
28 a estrada está neste estado e deteriorar-se cada vez mais.

29

30 **O Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes e saudou, em  
31 particular, o senhor Presidente da Junta de Freguesia e a respetiva Junta que os recebeu de  
32 forma absolutamente excecional, permitindo-lhes a realização de um percurso pela freguesia  
33 de forma a conhecerem melhor as suas instituições, o seu trabalho e os seus problemas.

34 Acerca das questões colocadas, iniciou pela estrutura da Capital Europeia da Cultura 2027,  
35 sugerindo que no caso de surgirem dúvidas, poder-se-á consultar online o livro de  
36 candidatura, que foi objeto de aprovação do júri internacional, onde consta a estrutura de  
37 governação e a forma de funcionamento e organização.

38 Esclareceu que, no livro de candidatura, era admitida a possibilidade de criação de uma  
39 associação, baseada nas instituições que constituem a Comissão Executiva, com um conjunto  
40 de estruturas que garantam a participação de outras instituições, dos agentes e dos criadores.  
41 No entanto, esta obriga ao cumprimento da Lei Portuguesa, não adequada a este tipo de  
42 estrutura, sendo muito específica para a governação do Évora 2027. Relembrou, assim, que,  
43 antes das candidaturas, as cidades candidatas colocaram ao Governo a possibilidade de ser  
44 efetuada uma iniciativa legislativa, que facilitasse e agilizasse a criação da estrutura, estando  
45 prevista a sua constituição, no livro de candidatura, até ao final de 2023.

46 Informou que a vantagem da iniciativa legislativa seria a possibilidade de ser ultrapassado  
47 um conjunto de exigências burocráticas, que não estão relacionadas com a Capital Europeia  
48 da Cultura. Sabe-se que esta está a ser analisada, aguardando resposta do Governo, sendo  
49 que, até ao final de 2023, continuará a funcionar a Comissão Executiva, a Equipa de Missão,  
50 tal como tem funcionado habitualmente.

1 Relativamente à Urbanização do Cabeço do Arraial, afirmou ter registado a questão, pelo  
2 que procurará dar resposta posteriormente.

3 Sobre a questão colocada pelo senhor Almerindo Cardador, reconheceu que aquelas duas  
4 estradas são, de facto, as mais degradadas do concelho e informou que está a ser contratada  
5 uma intervenção, não de requalificação global, devido ao facto de a estrada ter sido  
6 concebida para um determinado tipo de trânsito, que não incluía viaturas pesadas.  
7 Acrescentou, que assim que o concurso estiver concluído, proceder-se-á à reparação da  
8 estrada, no sentido de minorar os problemas, porém tem consciência de que, provavelmente  
9 de dois anos em dois anos, a Câmara Municipal terá de renovar essas reparações.

10  
11 **O deputado Gonçalo Costa** começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu ao  
12 senhor Presidente da Junta de Freguesia a amabilidade, com que foram recebidos, e  
13 considerou que é sempre importante a realização das reuniões descentralizadas. Informou  
14 que o Partido Socialista pretende que fique expresso em Ata que considera que as  
15 intervenções, no espaço público, não devem ser apropriações dos partidos políticos, mas de  
16 carácter público, sobretudo devido a Évora Capital Europeia da Cultura ter uma Moção que  
17 será debatida e discutida naquela Assembleia. O Movimento teria, assim, tempo para utilizar  
18 os argumentos e colocar as questões, considerando ter sido um subterfúgio para tentar ter  
19 um espaço de opinião e de questões.

20  
21 Dando por terminado o Período de Intervenção do Público, o **Presidente da Assembleia**  
22 **Municipal** propôs que, antes de se passar ao Período de Antes da Ordem do Dia, fosse  
23 adicionado um novo ponto à Ordem do Dia, que passaria a ser o 1º ponto, para a apresentação  
24 da Freguesia de Nossa Senhora de Machede, pelo Senhor Presidente da Junta, pelo que  
25 perguntou se algum deputado se opunha àquela alteração, tendo sido aprovada por  
26 unanimidade.

27  
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Ponto II, de Antes da Ordem do Dia.

## 29 30 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

### 31 32 **A) Proposta de aprovação da Ata nº 12 de 25-03-2023.**

#### 33 34 **Deliberação da Ata nº 12 de 25-03-2023:**

35 **Aprovada por unanimidade.** Os deputados municipais Maria Silvina Caeiro Miranda  
36 (CDU), Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (PS), Isolinda Rosa Pintado Bailote  
37 Esperança (CDU), José Vitorino Piteira (MMPI), Maria Antónia Mendes Zacarias  
38 (MICAZA), Joaquim José Pombinho Faria (MCE), Luís Miguel Caeiro Ramalho (PS),  
39 Maria de Lurdes Beraldo de Brito (MCC) e Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos  
40 (MCC), não votaram por não terem estado presentes na sessão a que Ata diz respeito.

41  
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que se receberam 1 Recomendação, 3  
43 Moções, 1 Saudação e 1 Voto de Pesar, e seguindo a ordem que lhe foi presente, solicitou à  
44 bancada da CDU que procedesse à apresentação da Recomendação **“Estratégia e Plano**  
45 **Local de Habitação de Évora”**.

46 **O deputado José Figueira** procedeu à leitura da Recomendação à Assembleia, a qual se  
47 transcreve na íntegra:

48 *“Considerandos*

49 *Em 20 de novembro de 2019, a Câmara Municipal de Évora, analisou a Estratégia e o Plano*  
50 *Local de Habitação para o período 2020-2026.*

1 *Em 22 de dezembro de 2019, a Assembleia Municipal, tomou conhecimento, debateu e*  
2 *aprovou, por unanimidade, a Estratégia e o Plano Local de Habitação para o Concelho de*  
3 *Évora 2020-2026.*

4 *Na sequência, em 15 de julho de 2020, a Câmara Municipal de Évora, assinou com o IHRU*  
5 *um acordo de cooperação, com vista à concretização da Estratégia e financiamento do*  
6 *Plano Local de Habitação de Évora, onde se previa apoiar 1.336 agregados familiares.*

7 *Em junho de 2021, era aprovado o PRR, o qual tinha como uma das principais medidas, o*  
8 *Programa de Acesso à Habitação, o qual estimava garantir uma “habitação digna a 26.000*  
9 *famílias necessitadas”.*

10 *Em 30 de março de 2023, era apresentado pelo Governo um conjunto de propostas*  
11 *legislativas do Programa Mais Habitação.*

12 *Entretanto, no âmbito das últimas reuniões da Assembleia Municipal, em particular as do*  
13 *presente ano de 2023, foi tendo-se conhecimento de diferentes candidaturas do Município*  
14 *de Évora e da HABEVORA, EM, apresentadas ao PRR, no valor global de 2,5M€, com*  
15 *incidência da requalificação de 14 alojamentos e 40 fogos habitacionais.*

16 *Em face do exposto, e dada o surgimento de diversas fontes de financiamento (IHRU e PRR)*  
17 *e diferenciada fonte legislativa (“Programa Mais Habitação”), considera-se pertinente a*  
18 *feitura de um ponto de situação, pelo que:*

19 *Deliberação*

20 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 17 de junho de 2023, delibera recomendar à*  
21 *Câmara Municipal de Évora a realização de apresentação, em próxima reunião da AM, do*  
22 *desenvolvimento e concretização da Estratégia e Plano.”*

24 **A deputada Paula de Deus** saudou todos os presentes e em especial o senhor Presidente da  
25 Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede, agradecendo a amabilidade com que  
26 aquela freguesia os recebeu, a forma como tem procurado preservar a sua identidade,  
27 manifestando alguns dos problemas e também as potencialidades existentes. Afirmou que o  
28 texto da Moção que a CDU apresentou, recomenda a concretização da Estratégia e o Plano  
29 Local de Habitação de Évora, relativamente à inércia existente, por parte do Município, para  
30 cumprir aquilo que terá sido um plano demasiado ambicioso, sem ter os devidos alicerces  
31 financeiros, uma vez que se trata de uma redução de cerca de 1.000 agregados familiares  
32 abrangidos. Referiu que não compreendem, mas partilham a preocupação, relativamente à  
33 dificuldade da CDU executar a estratégia a que se propôs, sendo que não existe habitação  
34 contruída.

36 **O deputado José Figueira** esclareceu que a proposta da CDU é uma recomendação para a  
37 apresentação da Estratégia e do Plano Local de Habitação, dado que a Assembleia  
38 Municipal, enquanto tal e com a composição atual, não teve a oportunidade de discutir aquela  
39 matéria.

41 **O deputado Francisco Figueira** começou pelo cumprimento de todos os cidadãos de Nossa  
42 Senhora de Machede, na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia, que os conduziu  
43 numa visita profícua para todos. Realçou que, por proposta do PSD, foi feita uma alteração  
44 ao Regimento da Assembleia Municipal, na qual ficou determinado que a Assembleia tem  
45 que reunir descentralizadamente no mínimo uma vez por ano, sendo esta a primeira  
46 Assembleia Municipal que se realiza ao abrigo do novo Regimento, embora não seja neste  
47 mandato a primeira proposta. Em relação à questão da Moção da CDU sobre o Plano de  
48 Habitação, destacou que, na primeira frase, diz que “em 20 de novembro de 2019, a Câmara  
49 Municipal de Évora, analisou a Estratégia...”, praticamente há 5 anos, e que “em 22 de  
50 dezembro de 2019, a Assembleia Municipal, tomou conhecimento, debateu e aprovou, por  
51 unanimidade, a Estratégia e o Plano e o Plano Local de Habitação”. Acompanhando a

1 posição da bancada do Partido Socialista, objetivamente, existe a necessidade desta  
2 Assembleia Municipal tomar conhecimento do ponto de situação, sendo que os eborenses  
3 têm conhecimento da mesma, uma vez que não existe habitação em Évora e a Câmara foi  
4 incapaz de resolver esse problema, sendo que desde 2019, supostamente, existe um plano  
5 para resolver aquele assunto. Quase cinco anos depois, aguardam-se respostas efetivas, e não  
6 justificações, pois as populações, os jovens, os quadros médios, não têm habitação em Évora,  
7 não conseguem aceder à habitação e, com certeza, isso não será culpa da oposição.

8  
9 **A deputada Cristina Mata** começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que o  
10 MCE saudou a proposta da CDU sobre a habitação, em consonância com a posição da sua  
11 vereadora que, por diversas vezes, dita em sede de reunião de Câmara e que até hoje nunca  
12 aconteceu, pelo que se acontecer agora ficam satisfeitos. Referiu que, para o MCE responder  
13 às necessidades de acesso à habitação, tem que ser uma prioridade dos eleitos locais, por isso  
14 votam favoravelmente para que os serviços da Câmara lhes apresentem o ponto da situação,  
15 sobre a concretização da Estratégia e o Plano Local de Habitação.

16  
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
18 verificando mais pedidos, submeteu a presente Recomendação a votação.

19  
20 **Deliberação da Recomendação “Estratégia e Plano Local de Habitação de Évora”:**  
21 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

22  
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à  
24 apresentação do Voto de Saudação “**Marionetista Manuel Dias**”.

25  
26 **A deputada Elmina Lopes** saudou a Freguesia de Nossa Senhora de Machede e toda a  
27 população, agradeceu o acolhimento, a visita e o conhecimento da Freguesia, e procedeu à  
28 leitura do Voto de Saudação à Assembleia, o qual se transcreve na íntegra:

29 *“A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 17 de junho de 2023, saúda o marionetista*  
30 *Manuel Dias pela recente conquista dos prémios de melhor design de marionetas e prémio*  
31 *especial do júri, no Festival Internacional de Marionetas Golden Sparkle, realizado na*  
32 *Sérvia, com um espetáculo produzido pela Companhia Trulé e a participação do músico*  
33 *Nuno do Ó.*

34 *No momento, em que Évora acaba de ser eleita Capital Europeia da Cultura 2027, este*  
35 *prémio vem, mais uma vez, reconhecer a importância e a relevância das práticas que aliam*  
36 *o conhecimento e a criação artística na cidade de Évora e o seu contributo para a*  
37 *valorização da cultura enquanto fator de evolução das sociedades democráticas.*

38 *O artista Manuel Dias, distinguido, ao longo dos anos de atividade, com vários prémios*  
39 *nacionais e internacionais, honra com o seu trabalho a cidade de Évora e os eborenses e*  
40 *encaixa bem na frase do Nobel da literatura, José Saramago, que afirmou: “A obra feita é*  
41 *sempre maior do que quem a faz. E isso é outra forma de grandeza, ser capaz de ser menor*  
42 *do que aquilo que se faz.”.*

43  
44 **A deputada Maria de Lurdes Brito** cumprimentou todos os cidadãos e agradeceu ao senhor  
45 Presidente da Junta a hospitalidade, e disse que para além de todas aquelas honras e Voto de  
46 Saudação, é uma pessoa de grande humanismo e simpatia e que sempre colaborou com as  
47 escolas.

48  
49 **A deputada Paula de Deus** disse que o Partido Socialista manifesta igualmente o seu tributo  
50 ao marionetista Manuel Dias, ao grande artista que ele é e que todos conhecem, alguns deles  
51 cresceram acompanhando o trabalho dele, da família que trabalha com ele, e é um motivo

1 de orgulho para eles estarem ali a saudar o concidadão, pelo que desejaram votos de muito  
2 bom trabalho, sobretudo para enaltecer a alma de Évora e continuar a projetar o melhor  
3 daquilo que é a nossa identificado, enquanto alentejanos, enquanto povo.

4  
5 **A deputada Gertrudes Pastor** ausentou-se, momentaneamente, da sala, não tendo votado.

6  
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção das eleitas e não  
8 verificando mais pedidos, submeteu o presente Voto de Saudação a votação.

9  
10 **Deliberação do Voto de Saudação “Marionetista Manuel Dias”:**

11 **Aprovada por unanimidade**, com 30 presenças verificadas.

12  
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à  
14 apresentação da Moção “**Criação do Grupo de Trabalho Évora Capital Europeia**  
15 **Cultura 2027”**.

16  
17 **O deputado Gonçalo Costa** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve  
18 na íntegra:

19 *“Desde 1985 que as Capitais Europeias da Cultura se tornaram um dos projetos mais*  
20 *ambiciosos da Europa, tendo como objetivos proporcionar aos cidadãos europeus a*  
21 *oportunidade de aprenderem reciprocamente sobre as respetivas culturas, desfrutarem da*  
22 *sua história e valores comuns, viverem o sentimento de pertença à mesma comunidade*  
23 *europeia, estreitarem laços e desenvolverem parcerias culturais europeias, bem como*  
24 *sublinhar o papel da cultura no desenvolvimento das cidades.*

25 *No dia 7 de dezembro de 2022 a Presidente do Painel de Seleção das Capitais Europeias*  
26 *da Cultura anunciou que a cidade de Évora foi recomendada para o título de Capital*  
27 *Europeia da Cultura 2027 em Portugal.*

28 *Tendo em consideração a importância, responsabilidade e impactos esperados do evento,*  
29 *o qual mobilizará vastos recursos, implicando naturalmente escolhas e decisões e que*  
30 *colocará Évora e o Alentejo no centro do panorama cultural europeu, é necessário*  
31 *desenvolver todos os esforços e diligências no sentido de garantir o devido*  
32 *acompanhamento e a participação de todos os órgãos municipais, de uma forma que se*  
33 *pretende o mais envolvente e abrangente possível.*

34 *Naturalmente que a Assembleia Municipal de Évora e os seus representantes não poderão*  
35 *ficar à margem deste processo, tendo a obrigação de acompanhar e contribuir formalmente,*  
36 *na medida do necessário, para o sucesso deste projeto.*

37 *Deste modo, os deputados municipais do Partido Socialista de Évora propõem:*

- 38 1) *A criação de um Grupo de Trabalho, ao abrigo e nos termos da alínea c), do ponto*  
39 *6, do art.º 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Évora, constituído por*  
40 *representantes de todas as forças políticas eleitas, cujo âmbito é acompanhar todo*  
41 *o processo inerente à realização de Évora Capital Europeia da Cultura 2027;*  
42 2) *A realização de uma audição formal, da Assembleia Municipal, à Equipa de Missão*  
43 *Évora Capital Europeia da Cultura, coordenada pela Dra. Paula Mota Garcia.”*

44  
45 **A deputada Clara Grácio** cumprimentou todos os presentes e em especial o Presidente da  
46 Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede pela visita de conhecimento que lhes  
47 proporcionou. A propósito daquela Moção, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, no  
48 âmbito do pedido de informação sobre a Capital Europeia da Cultura, qual é o ponto da  
49 situação do financiamento, que foi referido no dia em Évora foi eleita, para que se possa  
50 executar tudo o que está avaliado pela Comissão que elegeu o *Bid Book*.

51

1 **O Presidente da Câmara** esclareceu que, como é sabido, o Governo, anunciou para  
2 financiamento da Capital Europeia da Cultura três componentes de verbas, que foram tidas  
3 em conta no livro de candidatura, com o valor global de 29 milhões de euros, sendo 15  
4 milhões de euros do Orçamento de Estado, 10 milhões de euros dos Fundos Comunitários e  
5 4 milhões de euros do Fundo do Turismo, sendo que o restante será da Câmara Municipal e  
6 de um conjunto de outras entidades e agentes que estão identificados no livro de candidatura.  
7 Informou que não foi possível reunirem com Senhor Ministro da Cultura, em janeiro, mas  
8 que reuniram no mês passado, aprofundando aquela questão e avançando na identificação  
9 das fontes de financiamento, pelo que espera que, nos próximos dias, possa ser assinado um  
10 primeiro protocolo de enquadramento. Relativamente ao financiamento, deverá ser também  
11 assinado com vários Ministérios, uma vez que as verbas serão dos mesmos, da Coesão, do  
12 Turismo, da Economia, da Cultura e também do Ministério das Finanças, que é detentor de  
13 um conjunto de imóveis do Estado abandonados e que, no âmbito da Capital Europeia da  
14 Cultura, se propõem recuperar, obviamente, com financiamento expectável a partir do  
15 PT2030, em que salientou, talvez como o mais importante, a fábrica das sementes, onde se  
16 prevê instalar o Centro Nacional de Dança Contemporânea.

17  
18 **A deputada Paula Pita** saudou todos os presentes e em especial o Presidente da Junta de  
19 Freguesia, José Vitorino Piteira que os acolheu, e aos munícipes de Nossa Senhora de  
20 Machede pela hospitalidade demonstrada. Relembrou que no dia 25/06/2022, em São Miguel  
21 de Machede, o MCE apresentou a primeira proposta, da Comissão Permanente, para  
22 acompanhar alguns financiamentos que a Câmara pudesse auferir, nomeadamente no que  
23 diz respeito ao PRR e também à Capital Europeia da Cultura. Naquela altura a proposta não  
24 foi aprovada, contando com os votos contra do PS e do PSD porque consideraram que não  
25 tinha consistência, nem objeto bem definido, que era uma carta branca lançada ao MCE, que  
26 seriam um governo sombra, etc. Salienta, assim, que um ano depois fazem a mesma  
27 proposta, com outra roupagem, mas a dizer exatamente o mesmo, sendo, por outro lado, uma  
28 pena, uma vez que perderam um ano, em que já podiam ter tomado alguma medida pelos  
29 munícipes e pelo acompanhamento à Capital Europeia da Cultura.

30  
31 **O deputado Gonçalo Costa** considerou que já possuem a densidade que faltou naquela  
32 altura, porque agora têm algo concreto e na altura só tinham uma intenção. Neste momento,  
33 têm uma candidatura aprovada, têm um *Bid Book* que é o guião para a concretização de  
34 Évora Capital Europeia da Cultura, e partir daí a bancada Municipal do Partido Socialista  
35 considera que existem condições formais para a existência de um grupo de trabalho, formado  
36 por membros da Assembleia Municipal, para acompanhar todo o processo e, portanto,  
37 certamente que o MCE estará ao lado deles, na votação daquela Moção.

38  
39 **O deputado Francisco Figueira** informou que relativamente aquela Moção de criação do  
40 grupo de trabalho, de acompanhamento de Évora Capital Europeia da Cultura, a sua bancada  
41 iria votar favoravelmente, porque entendem que é um projeto demasiado estruturante para  
42 ser efetuado sem o devido acompanhamento das diversas forças políticas, representadas na  
43 Assembleia Municipal. Assinalou, como tem feito em todas as Assembleias Municipais, que  
44 a minoria que governa a Câmara, governa com 2 vereadores dos 7 eleitos, aprovou o seu  
45 Orçamento com 8 votos dos 33 presentes e isso obriga-os à responsabilidade democrática do  
46 acompanhamento dos projetos mais importantes e estruturantes, uma vez que a minoria  
47 entende que deve manter-se acantonada no governo executivo da Câmara.

48  
49 **A deputada Paulo Pita** esclareceu que a primeira proposta deles de Comissão Permanente  
50 era um pouco mais alargada, pois, efetivamente, incluía o PRR e já incluía a Candidatura,  
51 no caso de Évora ser escolhida como Capital Europeia da Cultura. Referiu que



1 provavelmente não vão aprovar a proposta porque se sentem, de certa forma, desrespeitados  
2 por trabalharem e se esforçarem, sendo que o objetivo de muitos ali é apenas boicotar as suas  
3 ideias, para posteriormente com outra roupagem, apresentarem-nas como suas, pelo que  
4 considerou falta de ética e de respeito.

5  
6 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que a última intervenção da senhora deputada dever-se-  
7 á atribuir à sua juventude e alguma imaturidade.

8  
9 **O deputado Natanael Vinha** começou por saudar todos os presentes e, em particular o  
10 Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede, que os acolheu, e  
11 congratulou-se pelo facto de terem conseguido encontrar condições para aquela Assembleia  
12 decorrer nos termos do Regimento, ou seja, ter a cobertura de áudio e vídeo que permite que  
13 quem não está presente fisicamente possa acompanhar os trabalhos. Espera, assim, que estas  
14 condições sejam estendidas a todas as assembleias.

15 Relativamente à moção, refere apresentar uma proposta, nos termos do Regimento, para que  
16 ocorra algo, não se trata de uma comissão permanente, não tem um objeto ou um foco que  
17 não está definido, não pretende ser tudo e não ser nada, e é muito importante cumprir sempre  
18 a regra e o Regimento, inclusive para não precisarem de estar permanentemente numa luta  
19 para saber mais informação, para obter elementos, para poder participar sobre aquele  
20 assunto. A moção decorre depois de um período já longo em que muitas questões foram  
21 colocadas e que, provavelmente, nem toda a gente, incluindo ele próprio, se sentiu  
22 plenamente esclarecido sobre aquilo que tinha sido questionado, o que não sucede só na  
23 dimensão da organização da Capital Europeia da Cultura em Évora 2027. Considerou que o  
24 Movimento se queixou de ter tido uma proposta chumbada num outro momento e fez o apelo  
25 para que se consigam explicar melhor, que não utilizem estratégias para desenvolver a sua  
26 ação e que cumpram o Regimento e as regras que estão estabelecidas, que foi o que fizeram  
27 com a apresentação daquela proposta.

28  
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
30 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

31  
32 **Deliberação da Moção “Criação do Grupo de Trabalho Évora Capital Europeia**  
33 **Cultura 2027”:**

34 **Aprovada por maioria, com 28 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU, 4 do Mudar Com**  
35 **Confiança, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 3 votos contra do MCE, com 30**  
36 **presenças verificadas.**

37  
38 **A deputada Paula Pita apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

39 *“No dia 25 de junho de 2022 o MCE apresentou uma proposta de criação da primeira*  
40 *Comissão, permanente nesta Assembleia Municipal. Esta proposta de Comissão não foi*  
41 *aprovada com os votos contra do PS e do PSD porque, segundo estas forças políticas,*  
42 *alegadamente continha um ponto que não estava sustentado na Lei, “pagamento de senhas*  
43 *de representação a cidadãos convidados a fazer parte da Comissão”, que desde logo o MCE*  
44 *retirou, pese embora tenha outra leitura da Lei, e porque dizia então o líder da bancada da*  
45 *coligação PSD/CDS, as Comissões não deveriam ser avulsas mas por áreas de governação,*  
46 *e o seu objeto e objetivos serem pouco transparentes e por isso deveria ser melhor*  
47 *preparada em Conferência de Líderes/Representantes. Perante este cenário mais um da*  
48 *política partidária, o MCE vota contra a proposta apresentada pelo PS, não pela proposta*  
49 *em si, afina, é uma cópia da do MCE, mas pela forma como foi conduzido e tratado este*  
50 *assunto, desde sua apresentação na Conferência de Líderes onde ficou acordado que seria*  
51 *o MCE a levar a proposta à Sessão da Assembleia Municipal, por ter sido Grupo Municipal*

1 que a apresentou e que foi chumbada por esse exato motivo, passando pela forma como foi  
2 então discutida e inviabilizada em reunião plenária da Assembleia, que agora se prepara  
3 para aprovar uma proposta, que se existissem Direitos de Autor seria considerada plágio,  
4 como se nada tivesse acontecido anteriormente. Assistir a este comportamento de várias  
5 bancadas desta Assembleia é no mínimo revoltante a falta de ética e respeito demonstrada  
6 pelo trabalho dos deputados municipais do MCE, eleitos democraticamente com o voto de  
7 3.039 eleitores, também eles merecedores de consideração por esta Assembleia. Mais,  
8 quando em junho recusaram a proposta do MCE, por falta de conteúdo e pouco  
9 transparente, é ridículo ver esta Assembleia aprovar esta proposta do PS comparativamente  
10 à proposta apresentada pelo MCE. Quando a política existe para instrumento de jogos de  
11 poder, não cumpre a sua missão primordial de servir as populações e assegurar o seu bem-  
12 estar, infelizmente, os eborenses há muito que sofrem com isso, mas talvez seja agora que  
13 decidem dar um murro na mesa e optar por quem esteja na política para os servir. A  
14 iniciativa do PSD à constituição da Comissão mostra como o corporativismo partidário  
15 para se perpetuar no poder destrói o exercício político da missão e revela como há um certo  
16 desespero ao não conseguirem acompanhar este trabalho de MCE e então dedicam-se a  
17 boicotá-lo. Quando a política existe como mero instrumento de jogos de poder, não cumpre  
18 a sua missão primordial que é servir as populações e assegurar o seu bem-estar.  
19 Infelizmente isso já se sabe há muito tempo.”

20  
21 **A deputada Paula de Deus apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

22 “A Bancada no Partido Socialista vem por este meio fazer uma Declaração de Voto a  
23 repudiar os termos em que o Movimento, para existir suspira, denegrindo aquilo que é a  
24 representação municipal das outras forças políticas. Não é próprio nesta Assembleia  
25 Municipal utilizar termos como plágio e outros termos que me coíbo de referir, numa  
26 intencionalidade de vitimização de um Movimento que neste momento não se conhece mais  
27 que alguns suspiros, desfeito que está naquilo que foi a sua essência inicial, e, portanto,  
28 face a esta manifestação, nos termos e nos conteúdos, que em nada dignifica esta  
29 Assembleia, vimos manifestar o nosso absoluto repúdio, manifestar o nosso desejo de  
30 elevação da densidade política desta Assembleia e do próprio Movimento, ainda que apenas  
31 suspirando, consiga elevar-se naquilo que é o discursos e o conteúdo político.

32 O Partido Socialista apresentou aqui uma proposta, como já foi requerida, que não é uma  
33 antecâmara desta Assembleia Municipal, queria o Movimento, como acabámos neste  
34 momento ouvir dizer, que queria criar uma Comissão Permanente nesta Assembleia  
35 Municipal e, portanto, entende o Partido Socialista que esta Moção que acabou de  
36 apresentar com um objeto concreto que é criar um grupo de trabalho para acompanhar  
37 aquilo que é uma questão maior do nosso Concelho, do nosso Distrito, da nossa Região e  
38 do nosso País, Évora Capital Europeia da Cultura, que se enquadro no espírito maior que  
39 é o trabalho dos deputados municipais. Dito isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista  
40 sustenta esta Moção que acabou de apresentar e manifesta de facto o seu lamento por este  
41 ínfimo suspiro de um movimento político que gostaríamos que tivesse outra densidade no  
42 seu conteúdo.”

43  
44 **O deputado Francisco Figueira apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

45 “A declaração de voto da coligação NÓS/RIR na parte em que se refere ao PSD é uma  
46 declaração de voto mentirosa e a mentira diz mais sobre a posição política de quem a  
47 profere do que sobre aqueles que tiveram que a ouvir democraticamente.”

48  
49 **O deputado Natanael Vinha indicou a sua intervenção como Declaração de Voto:**

50 “Fazer uma nota relativamente a esta Moção para dizer que ela apresenta uma proposta  
51 para que, nos termos do Regimento, acontecer algo. Não é uma Comissão permanente, não

1 *tem um objeto ou um foco sobre algo que não está definido. Não pretende ser tudo e não ser*  
2 *nada é isso é muito importante cumprir a regra e cumprir o Regimento em todos os*  
3 *momentos, inclusive para não precisarmos de estar permanentemente numa luta para saber*  
4 *mais informação, para obter elementos, para poder participar sobre este assunto e esta*  
5 *Moção decorre depois de um período já longo em que muitas questões foram colocadas e*  
6 *que provavelmente nem toda a gente, e eu incluo a mim, se sentiu plenamente esclarecido*  
7 *sobre aquilo que me que tinha sido questionado, o que não sucede só nesta dimensão da*  
8 *organização da Capital Europeia da Cultura em Évora 2027. Assim sendo, creio que o*  
9 *Movimento que se queixou de ter visto uma proposta chumbada num outro momento, que*  
10 *faço um apelo para que se consigam explicar melhor, que não utilizem estratégias para*  
11 *desenvolver a sua ação e que cumpram o Regimento e as Regras que estão estabelecidas*  
12 *para essa ação decorrer, é o que nós fizemos com a apresentação desta proposta.”*

13  
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado Bruno Martins do BE, que  
15 que procedesse à apresentação da Moção “**Do orgulho LGBTQIA+**”.

16  
17 **O deputado Bruno Martins** começou por saudar todos os presentes e em especial o  
18 Presidente da Junta de Freguesia, agradecendo a visita proporcionada e procedendo à leitura  
19 da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

20  
21 *“Considerando que:*

- 22 1. *Durante o mês de junho celebra-se, por todo o mundo, e também em Portugal, o orgulho*  
23 *LGBTQIA+;*
- 24 2. *Esta data baseia-se na revolta de Stonewall de 28 de junho de 1969, em Nova Iorque,*  
25 *nos Estados Unidos da América, considerado o acontecimento mais importante para o*  
26 *movimento de defesa dos direitos LGBTQIA+;*
- 27 3. *A Revolta de Stonewall originou as Marchas do Orgulho logo em 1970, que ao longo dos*  
28 *anos se tornaram em momentos de visibilidade e reivindicação destas comunidades,*  
29 *assinalados um pouco por todo o mundo;*
- 30 4. *Pela primeira vez na história, no passado dia 16 de junho, decorreu em Évora a Primeira*  
31 *Marcha do Orgulho LGBTQIA+;*

32 *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 17 de junho de 2023, delibera:*

- 33 1. *Saudar o Dia do Orgulho LGBTQIA+;*
- 34 2. *Saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso*  
35 *pela igualdade e contra a homofobia, transfobia e bifobia no Município;*
- 36 3. *Saudar a Comissão “Évora Pride” pelo trabalho meritório que tem desenvolvido e que*  
37 *culminou, na passada semana, num conjunto de atividades científicas e culturais que*  
38 *celebraram a diversidade, relembrando a importância da luta por uma existência digna*  
39 *e plena de todas as pessoas;*
- 40 4. *Saudar a Primeira Marcha do Orgulho LGBTQIA+ que decorreu em Évora no passado*  
41 *dia 16 de junho;*
- 42 5. *Recomendar ao Executivo Municipal que no dia 28 de junho proceda ao hastear da*  
43 *bandeira arco-íris no Palácio D. Manuel.”*

44  
45 **O deputado Gonçalo Costa** informou que a Bancada Municipal do Partido Socialista se  
46 associa ao Bloco de Esquerda naquela Moção e, acima de tudo, repudia o ato de violência  
47 gratuita que ocorreu, relativamente à exposição patente na Igreja de São Vicente, e,  
48 evidentemente, deixam o repúdio a qualquer forma gratuita de violência, seja contra  
49 qualquer minoria, seja contra qualquer representatividade cultural, repudiam veementemente  
50 o sucedido.

51

1 **A deputada Elmina Lopes** começou por salientar o profundo repúdio da CDU aos  
2 acontecimentos associados ao evento Évora Pride, relativos ao vandalismo, à violência e à  
3 ação criminosa, contra a exposição que se encontrava na Igreja de São Vicente, e referiu  
4 outros atos de violência, igualmente graves, que ocorreram durante outras atividades da  
5 Évora Pride, que decorre de 13 a 18 de junho e informou que, genericamente, estão de acordo  
6 com aquela Moção.

7  
8 **O deputado Diogo Vasconcelos** cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao  
9 Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede o acolhimento.  
10 Relativamente à violência, à destruição da exposição que estava patente na Igreja de São  
11 Vicente, obviamente repudiam toda e qualquer espécie de violência, sendo um ato que tem  
12 de ser investigado. Têm de ser acusadas as pessoas e apuradas as responsabilidades de quem  
13 as praticou, no entanto não pode deixar de referir que o espaço escolhido para a referida  
14 exposição não terá sido o mais apropriado. As pessoas católicas, obviamente, podem não  
15 estar de acordo com essa situação, pelo que, na sua opinião, poderiam ter realizado a mesma  
16 exposição, noutra espaço museológico da cidade, em vez da igreja.

17  
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
19 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

20  
21  
22  
23  
24 **Deliberação da Moção “Do orgulho LGBTQIA+”:**

25 **Aprovada por maioria, com 23 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU, 1 do BE e 1 do**  
26 **MICAZA), 5 votos contra (3 do MCE, 1 do MMPI e 1 do Mudar Com Confiança) e 3**  
27 **abstenções do Mudar Com Confiança, com 31 presenças verificadas.**

28  
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à  
30 apresentação do Voto de Pesar pelo **Falecimento de Margarida Morgado.**

31  
32 **A deputada Gertrudes Pastor** procedeu à leitura do Voto de Pesar à Assembleia, o qual se  
33 transcreve na íntegra:

34 *“Margarida Maria Sabino Morgado deixou-nos no passado dia 26 de maio.*

35 *Margarida Morgado, poeta, declamadora e cientista social eborense, particularmente a*  
36 *vista no estudo, divulgação e combate das problemáticas das desigualdades sociais das*  
37 *mulheres, deixou uma marca inconfundível na vida literária, ar s ca e intelectual e social de*  
38 *Évora e do país.*

39 *Nascida em Olhão em 1932, viveu em Évora desde os seus dois anos de idade. Era de Évora*  
40 *que se considerava natural.*

41 *A sua obra, publicada em livros e dispersa por inúmeras revistas, jornais e outras*  
42 *publicações literárias e científicas, ou simplesmente oferecidos aos amigos, guardadas em*  
43 *dezenas de cadernos e pastas de arquivo, tanto na poesia, como no ensaio e análise*  
44 *sociológica, revela uma cultura universal, globalizada, mas, ao mesmo tempo, enraizada na*  
45 *terra, no povo alentejano e na sua cidade. Respiram nos seus versos a arquitetura, a*  
46 *natureza envolvente, as gentes e o seu Amor à cidade de Évora.*

47 *(...)*

48 *Évora*

49 *Aquela onde se volta*

50 *na certeza de a amar*

51 *depois de muito correr*

1 e viver  
2 e morrer  
3 para depois renascer  
4 mais forte que quando partiu  
5 fugindo da sua solidão  
6 (...)

7 *In Peregrina de mim, 2011*

8 *Como disse o investigador, ensaísta, crítico literário, poeta Francisco Soares que prefaciou*  
9 *em 2007 o livro de poemas de Margarida Morgado água pródiga “(...) a sua poesia é de*  
10 *acentuada importância no panorama português atual, pelos equilíbrios, diversidades e*  
11 *sincronias e pela autenticidade com que o faz. A sua obra é um legado importante do*  
12 *Alentejo para a cultura portuguesa e lusófona e para a lírica feminina atual”, afirmação*  
13 *que por si só já mereceria uma dissertação sobre a existência de uma lírica com definição*  
14 *de género.*

15 *Foi à cidade de Évora que Margarida Morgado, na sua despedida, entregou todos os seus*  
16 *muitos direitos autorais e a sua biblioteca, companheira de todas as horas, deixando-os à*  
17 *guarda da Associação Cultural É Neste País, aquela que considerou a sua casa nos últimos*  
18 *anos de vida, na certeza de que estariam acessíveis à fruição de toda a cidade e promovido*  
19 *o estudo do seu legado que vai muito além do que foi publicado.*

20 *Por tudo isto e por tudo o mais que fica por referir mas pode ser confirmado na obra que*  
21 *tornou pública ou permanece, com certeza, na memória de todos os que se cruzaram com*  
22 *Margarida Morgado em algum canto da cidade, entre um café e um poema, sempre um*  
23 *poema, em qualquer esplanada, na sua escrita infinita e compulsiva, ou ainda, através da*  
24 *sua voz poderosa e intemporal com que invocava os seus grandes amigos, os autores mais*  
25 *reconhecidos da poesia do mundo, designadamente da língua portuguesa, como José Régio,*  
26 *Fernando Pessoa, Manuel da Fonseca, Cecília Meireles, David Mourão Ferreira, Natália*  
27 *Correia e tantos outros, delibera a Assembleia Municipal de Évora reunida a 17 de junho*  
28 *de 2023:*

- 29 1. *Aprovar um voto de pesar pelo desaparecimento desta referência singular das letras e*  
30 *do pensamento eborense;*
- 31 2. *Propor à Câmara Municipal e à Comissão Municipal de Toponímia a atribuição do*  
32 *nome Margarida Morgado – Poeta (como ela própria se intitulava) a uma rua de Évora*  
33 *como contributo ao reconhecimento desta referência artística e intelectual eborense;*
- 34 3. *Enviar as condolências à família de Margarida Morgado; ´*
- 35 4. *Publicar na imprensa local o voto aprovado como forma de reconhecimento da cidade*  
36 *pelo legado de Margarida Morgado;*
- 37 5. *Respeitar um minuto de silêncio em memória de Margarida Morgado. ”*

38  
39 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** informou que concorda inteiramente com aquela Moção,  
40 pois o tributo a Margarida Morgado é mais do que devido, recordando que a ouviu muitas  
41 vezes e teve o prazer de conversar muito tempo com ela. Considera que foi uma mulher  
42 extraordinária, que deixou uma marca para a cidade, muito devido ao referido, pelo que a  
43 sua memória deverá ficar na cidade, atrever-se-ia, inclusivamente, a dizer que era importante  
44 que houvesse uma escultura, uma vez que faltam esculturas de mulheres em todas as cidades.

45  
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção das eleitas e não  
47 verificando mais pedidos, submeteu o presente Voto de Pesar a votação.

48  
49 **Deliberação Voto de Pesar pelo falecimento de Margarida Morgado”.**

50 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

51

1 **A Assembleia Municipal** realizou um minuto de silêncio em memória de Margarida  
2 Morgado.

3  
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à  
5 apresentação da Moção “**Comércio com História**”

6  
7 **A deputada Paula de Deus** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve  
8 na íntegra:

9 *“Assiste-se, atualmente, a uma rápida mutação do perfil tradicional do comércio eborense,*  
10 *com o encerramento de lojas e, no seu lugar, à abertura de outras, diferentes. Nesse*  
11 *movimento, que é normal pois constitui o modo de adaptação do comércio, no seu todo, à*  
12 *evolução da oferta e da procura, corre-se o risco de perder algumas dos estabelecimentos*  
13 *mais antigos e emblemáticas da cidade de Évora e das freguesias.*

14 *Esse comércio antigo faz parte integrante do “rosto” da cidade que já mereceu, por duas*  
15 *vezes, uma merecida consagração internacional. A sua sustentação poderá estar, contudo,*  
16 *fragilizada no atual contexto concorrencial, pelo que se afigura urgente implementar*  
17 *medidas de proteção que acrescentem algum grau resiliência à tenacidade de que os seus*  
18 *proprietários já deram provas.*

19 *A Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, estabelece o regime de reconhecimento e proteção de*  
20 *estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. São*  
21 *especificamente visados os estabelecimentos comerciais com valor histórico, os pequenos*  
22 *estabelecimentos situados fora de grandes superfícies comerciais bem como as coletividades*  
23 *de cultura, recreio e desporto que pela sua atividade e património material ou imaterial*  
24 *constituam uma relevante referência cultural ou social a nível local.*

25 *A Lei comete aos municípios a competência para a proteção e salvaguarda desses*  
26 *estabelecimentos, procedendo ao seu inventário e reconhecimento, e estabelecendo*  
27 *regulamentos municipais adequados.*

28 *O reconhecimento acima referido, faculta aos estabelecimentos ou entidades de interesse*  
29 *histórico o acesso, nomeadamente, à proteção prevista no regime jurídico do arrendamento*  
30 *urbano, bem como a programas municipais e nacionais de apoio a estabelecimentos e*  
31 *entidades de interesse histórico.*

32 *Para além do reconhecimento público e da valorização destes espaços comerciais, o*  
33 *programa municipal “Comércio com História” associa-se ao inventário nacional*  
34 *promovido pela Direção-Geral das Atividades Económicas.*

35 *Assim, com o objetivo de promover a salvaguarda e a valorização dos referidos*  
36 *estabelecimentos e entidades, propõe-se que a Câmara Municipal:*

37 *a) Proceda ao inventário dos estabelecimentos e entidades visadas na Lei;*

38 *b) Crie os respetivos regulamentos municipais de reconhecimento e proteção;*

39 *c) Crie programas de apoio, designadamente o programa municipal “Comércio com*  
40 *História”.*”

41  
42 **O Presidente da Câmara** referiu que registou, de forma positiva, aquela Moção, mas não  
43 nos termos em que está, porque já decorre no Município um trabalho de levantamento  
44 atualizado, não apenas para o comércio, mas também para outras instituições com História,  
45 sendo o suporte para que a Câmara Municipal, no mandato anterior, tivesse declarado como  
46 de interesse Municipal a sede da Sociedade Harmonia Eborense, que impediu a sua expulsão  
47 daquele espaço. Lembrou que, infelizmente, a situação não está ultrapassada, devido à Lei  
48 do Arrendamento, mas houve aquela iniciativa que foi contestada pelos proprietários em  
49 tribunal.

50 Salientando o interesse por aquela proposta, sugeriu, em primeiro lugar, que não se limitasse  
51 ao comércio, mas também a instituições com história que possam ter cabimento no âmbito

1 da Lei Nacional e da Legislação Municipal, e em segundo lugar que nas próximas Opções  
2 do Plano e Orçamento se preveja a criação daquele Programa com a alteração do nome para  
3 ter uma abrangência maior.

4 Realçou que, felizmente, ao longo dos anos o Plano de Urbanização da Cidade de Évora,  
5 bem como o Plano Diretor Municipal, têm identificados um conjunto de edifícios,  
6 considerados de relevância histórica e que, por isso mesmo, têm a proteção e o acesso a  
7 apoios municipais. A ideia é que, no âmbito da revisão do Plano de Urbanização e,  
8 futuramente, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, esses edifícios possam  
9 também ser identificados como edifícios de relevância histórica, de forma a poderem ser  
10 protegidos. Infelizmente, como o próprio documento reconhece, aquilo não impede que, em  
11 particular, o comércio tradicional desapareça, porque está relacionado com a vida própria  
12 dos estabelecimentos e com quem lhes dá vida, pelo que, sempre que possível, dever-se-á  
13 ter essa atenção.

14  
15 **A Deputada Elmina Lopes** referiu que tinham conhecimento da existência de um trabalho  
16 realizado na Câmara naquele âmbito e por isso estranharam, um pouco, aquela Moção. Disse  
17 que também concordam com a linha apontada pelo Senhor Presidente da Câmara, que é  
18 estender aquelas preocupações a outras instituições, que não estritamente as comerciais,  
19 porque o próprio texto não é incompatível com isso, por remeter para a Lei 42, de 2017, que  
20 abrange outro tipo de estruturas. Sugeriram que o Partido Socialista tivesse em atenção  
21 aquelas preocupações e que fizesse um ajustamento, nomeadamente em vez da Moção ser  
22 sobre comércio com história, fosse sobre estabelecimentos ou instituições com história, na  
23 cidade de Évora. Em relação à criação de um programa de apoio, informou que também  
24 estão de acordo e que, certamente, será no âmbito de outras Opções do Plano.

25  
26 **A Deputada Paula de Deus** disse que o grupo parlamentar Partido Socialista acolheu como  
27 boa a sugestão do Senhor Presidente, e referiu que teve o cuidado de, no final da Moção,  
28 dizer precisamente que, nos termos da Lei 42 de 2017, de 14 de junho, abrangem não só o  
29 comércio, mas todo o tipo de iniciativas com valor cultural, económico e patrimonial.  
30 Esclareceu que a Moção tem aquele nome porque há um programa nacional, que é o projeto  
31 comércio com história, que inclusive tem um livro digital, que convidou a ler, no site com o  
32 mesmo nome, que mostra a relevância, da classificação ao abrigo daquela legislação. Assim,  
33 convidou a câmara, que já está a realizar aquele trabalho, no terreno, a incorporá-lo ao abrigo  
34 daquela legislação, precisamente porque esta decorre da iniciativa do Ministério da  
35 Economia e porque pretende dinamizar, precisamente, todo o tecido sociocultural e  
36 económico dos territórios, para que possam ser ultrapassadas algumas questões legais.  
37 Salientou que a proposta de incorporação desse trabalho, que reconheceram como meritório,  
38 vai ao encontro daquela legislação e beneficia em se enquadrar na criação de um  
39 regulamento, pelo que solicitaram a associação, tal como referido pelo senhor Presidente.

40  
41 **A Deputada Paula Pita** lembrou que, no dia 25 de junho de 2022, em reunião de Câmara  
42 Municipal, a sua vereadora apresentou uma proposta chamada “lugares com história”,  
43 referindo a constituição de um grupo de trabalho, em que se reconhecia a importância do  
44 comércio local e de algumas entidades históricas do concelho, como os patrimónios  
45 imateriais e materiais da cidade e, também, algumas considerações sobre aquilo que seria o  
46 regulamento.

47 Lembrou que na Ata número 14 da Câmara, consta que “De seguida, os senhores  
48 vereadores de todas as forças políticas fizeram uma breve discussão sobre o documento,  
49 apresentaram algumas sugestões e propostas de alteração, as quais foram consensualizadas  
50 por todos” e que “A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta da Senhora  
51 Vereadora, com as alterações propostas e consensualizadas.”, portanto, no fundo aquela

1 proposta já existe, só não está ainda em prática ou está em prática com os impedimentos e  
2 as dificuldades que o Senhor Presidente apresentou.

3  
4 **A Deputada Paula de Deus** referiu que aquele debate era da máxima importância porque  
5 estão todos empenhados em que Évora seja enaltecida com aquelas classificações, mas o  
6 Partido Socialista propõe a criação de um regulamento, com base na legislação específica  
7 existente para regular aquela matéria, em alinhamento com as 371 entidades que já estão  
8 abrangidas por aquele Estatuto. Propõe-se que todo o trabalho, que está a ser realizado, seja  
9 reconhecido com as normas que existem, a nível nacional, para não terem uma Évora dos  
10 pequeninos, querem uma Évora com alma, uma Évora que se projeta, uma Évora Capital  
11 Europeia da Cultura e alinhada com o que se faz de melhor, a nível nacional.

12  
13 **O Presidente da Câmara** apresentou uma proposta concreta, no sentido de conter alterações  
14 ao documento, onde na alínea a) se pode ler “*prosseguir e reforçar* o inventário dos  
15 estabelecimentos e entidades visadas na Lei” uma vez que está a decorrer e na alínea c) se  
16 leia *não dar nome ao projeto*”, porque consideraram que o nome do projeto não é o mais  
17 importante, para assegurar a abrangência, sendo que ele está a decorrer tendo em conta a  
18 legislação nacional. Realçou que as suas propostas não colocam em causa o documento que  
19 o PS propõe, nem o título, pelo que permitiria a continuação e conclusão do trabalho como,  
20 aliás, lhe parece ser a opinião de todos.

21  
22 **A Deputada Paula de Deus** referiu que a Moção é, precisamente, para se inscreverem no  
23 programa nacional já existente e, portanto, não podem ter um programa nacional e depois  
24 outra espécie de programa, o que pretendem é que o trabalho, que está a ser realizado, seja  
25 incorporado no programa nacional. Sobre a designação do programa, disse que não se pode  
26 alterar o nome do mesmo, a nível nacional, por isso solicita que o trabalho realizado seja  
27 regulamentado ao abrigo daquela legislação, cujo projeto tem a mesma designação, mas que,  
28 na sua opinião, em nada prejudica o trabalho nem prejudicará a proposta.

29  
30 **O Presidente da Câmara** clarificou que a proposta daquela Moção é a criação de um  
31 programa municipal, com o nome desse programa e esclareceu que, de facto, precisam de  
32 um programa municipal, mas o enquadramento nacional é o enquadramento nacional, e o  
33 município tem um papel próprio e autónomo, relativamente àquela matéria e é aquele papel  
34 próprio e autónomo que defende, portanto, sugere que se crie um programa de apoio  
35 municipal, para solucionar a situação.

36  
37 **A Deputada Paula de Deus** esclareceu que o projeto “comércio com história” surgiu  
38 justamente para valorizar, reconhecer e proteger as especificidades artísticas, culturais e  
39 patrimoniais do comércio local e de proximidade, com interesse histórico, para o nosso país,  
40 e que o próprio espírito do projeto prevê que os municípios criem um regulamento e  
41 classificação das entidades comerciais, culturais ou outras, que se inscrevam no projeto.  
42 Referiu que a proposta é incorporar o trabalho realizado na legislação existente, que vem  
43 proteger o nosso comércio, as nossas entidades culturais, recreativas, desportivas e outras,  
44 que estão plasmadas na legislação e que determina que sejam os próprios municípios a  
45 realizá-lo. Lamentou que o Município de Évora ainda não tenha tido tempo de consultar a  
46 legislação disponível para enquadrar o trabalho, pelo que o que se pretende é, precisamente,  
47 a proteção do património, de âmbito comercial, cultural e outro no espírito de uma legislação  
48 já existente.

49  
50 **A Deputada Clara Grácio** começou por dizer que estão todos ali para alcançar o melhor  
51 possível para os municípios, pelo que de uma ou outra forma não altera nada o que já está em



1 vigor, apenas torna mais abrangente a possibilidade de apoio e proteção às estruturas do  
2 concelho, portanto, informou que apoiam a proposta, com a nova formulação indicada pelo  
3 Senhor Presidente.

4  
5 **A Deputada Paula de Deus** reiterou que o solicitado é que exista, da parte da Assembleia  
6 Municipal, a elevação para dar um passo em frente para que o trabalho meritório, se inscreva  
7 no âmbito daquela lei, porém se a CDU entende que a lei não se aplica ao Município, e que  
8 deve criar um “programazinho”, pois que crie, mas o programa que existe é determinado por  
9 aquela lei.

10  
11 **O Presidente da Câmara** clarificou que o interesse era procurarem uma conciliação entre  
12 as questões e disse que não têm nenhum “programazinho”, porque existe na legislação  
13 nacional um enquadramento que abrange os municípios, em que são autónomos em relação  
14 ao restante poder e, portanto, são os municípios que determinam, que fazem regulamentos  
15 municipais, não aplicam regulamentos nacionais.

16 Reiterou que a realização é no enquadramento legal que está definido, não apenas naquela  
17 lei, mas no conjunto de outras leis, nomeadamente a legislação relativa ao Ordenamento do  
18 Território e à Proteção de Bens, no âmbito do Ordenamento do Território e, portanto, estão  
19 a fazê-lo de uma forma abrangente para facilitar o trabalho, daí ter efetuado aquela proposta,  
20 que lhe pareceu razoável, com duas pequenas alterações que resolveriam o problema.

21  
22 **O Deputado Gonçalo Costa** informou que vão manter a Moção na forma em que foi  
23 apresentada e, portanto, solicitaram a votação, nos termos em que foi redigida e apresentada  
24 pela Senhora Deputada Municipal.

25  
26 **A deputada Silvina Miranda** ausentou-se, momentaneamente, da sala, não tendo votado.

27  
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
29 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

### 30 **Deliberação da Moção “Comércio com História”**

31 **Aprovada por maioria**, com 18 votos a favor (13 do PS, 4 da Coligação Mudar com  
32 Confiança e 1 do MMPI), 10 votos contra (7 da CDU e 3 do MCE) e 2 abstenções (1 do BE  
33 e 1 do MICAZA), com 30 presenças verificadas.

### 34 **Declaração de Voto da CDU:**

35  
36 *“A CDU votou desfavoravelmente esta Moção porque na tentativa de conciliar com as  
37 nossas posições relativamente a este assunto, não foi possível chegar a consenso com o  
38 Partido Socialista, proponente da proposta, e nesse sentido, e por considerar o assunto  
39 relevante, importante e a nossa proposta de abrangência, em consequência, propusemos  
40 uma outra Moção alternativa sobre o assunto que consideramos mais abrangente e mais  
41 própria para tratar estes assuntos.”*

### 42 **Declaração de Voto do deputado Natanael Vinha:**

43  
44 *“Votei a favor desta proposta que permitiu uma discussão acalorada sobre um tema de  
45 interesse para a Cidade e para o Concelho, que tem um enquadramento definido a nível  
46 nacional, o que permitiu ficarmos a saber que há já um trabalho que foi iniciado pela  
47 Câmara Municipal, ainda sem visibilidade e que o passou agora a ter alguma visibilidade.  
48 Também esta proposta nos abre a esperança para que o tema reganhe centralidade, que os  
49 trabalhos que se venham a seguir beneficiem de todo o enquadramento institucional e legal  
50 já existente e que muito em breve possamos ter algo a funcionar como ambicionamos.”*

1  
2 **O Deputado José Figueira** referiu que a CDU se penaliza pelo esquecimento, mas tinha a  
3 expectativa que outras bancadas apresentassem o Voto de Pesar pelo falecimento do escritor  
4 Luís Carmelo, pelo que propôs que o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitasse  
5 um minuto de silêncio.

6  
7 **A Deputada Paula de Deus** referiu que consideram que o escritor Luís Carmelo merece  
8 todo o respeito e homenagem e que aquele minuto de silêncio é justo, associando-se ao  
9 mesmo.

10  
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** realizou, com o acordo de todos os presentes, o  
12 minuto de silêncio pelo falecimento do escritor Luís Carmelo.

13  
14 **O Deputado Francisco Figueira** começou por informar que, no passado dia 11 de junho,  
15 se realizou mais uma manifestação de solidariedade com o povo da Ucrânia, destacando a  
16 solidariedade por parte dos eborenses e, mais uma vez, lamentou a ausência dos eleitos da  
17 CDU naquele momento de manifestação pública na Praça do Giraldo. Relembrou que, na  
18 última Assembleia Municipal, aprovaram uma Moção relativa à Constituição de uma  
19 Comissão de Comemoração dos 50 anos, do 25 de Abril, mas teve conhecimento que a  
20 Câmara Municipal, poucos dias depois, enviou para diversas entidades da cidade uma  
21 comunicação a propósito da constituição dessa comissão, pelo que questionou a Mesa da  
22 Assembleia se foi em articulação com a mesma e se se trata do cumprimento da deliberação  
23 que a Assembleia Municipal tomou.

24  
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou não ter havido qualquer articulação da  
26 Câmara Municipal com a Assembleia Municipal sobre aquela matéria e que, de acordo com  
27 a votação da Assembleia, cumpre-lhes a eles, deputados da Assembleia Municipal de Évora,  
28 criar a referida Comissão.

29  
30 Em relação à Comemoração dos 50 anos, do 25 de Abril, **o Presidente da Câmara**  
31 esclareceu que, antes da deliberação da Assembleia Municipal, foi aprovada, por  
32 unanimidade, em reunião de Câmara, um conjunto de propostas relativamente a essa  
33 comemoração, pelo que a Câmara está a executar a deliberação que foi tomada. Referiu que  
34 a Assembleia Municipal entendeu avançar com uma proposta, que terão todo o gosto em  
35 articular com a Câmara, quando a Assembleia entender, mas, entretanto, continuarão a dar  
36 seguimento à proposta aprovada, em reunião de Câmara.

37  
38 **O Deputado Francisco Figueira** informou que registou que o Senhor Presidente da Câmara  
39 entende que as deliberações da Assembleia Municipal são totalmente autónomas das da  
40 Câmara Municipal e, futuramente, terão em devida nota essa situação.

41  
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Ponto III, da Ordem do Dia.

### 43 44 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

45  
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa ao ponto apresentado pela  
47 Assembleia Municipal.

#### 48 49 **1. Apresentação da Freguesia de Nossa Senhora de Machede.**

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** começou por saudar o Senhor Presidente da Junta  
2 de Freguesia, agradeceu o acolhimento que lhes proporcionou, ao longo da manhã, e por  
3 permitir o funcionamento adequado da Assembleia, salientando que foi um grande prazer  
4 fazer o périplo pela Freguesia, que não conhecia inteiramente, e muito gratificante visitar as  
5 diversas organizações que selecionou.

6 Realçou que aquela freguesia é *sui generis*, é a Freguesia das 5 colinas, é paradigmática do  
7 que foi o passado cerealífero na Região e daquilo que é a razão de ser, de fundo, de Évora  
8 Património da Humanidade e de Évora Capital da Cultura, porque aquela Freguesia  
9 consubstancia em si as provas históricas do percurso desde o neolítico, com registos  
10 arqueológicos dos antepassados neolíticos, da presença dos Romanos e também dos povos  
11 que a seguir vieram, os visigodos e a ocupação medieval. Frisou que tudo aquilo é um  
12 percurso histórico que ilustra e tem plena representação do que é a nossa história, a história  
13 de Évora e do nosso concelho.

14 Lamentou que algum daquele património valiosíssimo não esteja devidamente acautelado,  
15 classificado, glorificado, porque têm um castelo que pouca gente conhece e que não é  
16 valorizado, uma ponte romana que está adulterada, vestígios de várias épocas que não são  
17 devidamente valorizados e uma coleção de moinhos, no Degebe, que estão ao abandono.  
18 Considerou que, no momento em que Évora é eleita Capital Europeia da Cultura, não pode  
19 perdurar aquele abandono, aquele desleixo, de um Património histórico valiosíssimo, pelo  
20 que têm a responsabilidade de o resgatar do esquecimento.

21 Concluindo, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que se pretende continuar a  
22 organizar visitas a outras freguesias, como forma de dar a conhecer aos Eleitos da  
23 Assembleia Municipal as características da freguesia visitada.

24

25 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia  
26 de Nossa Senhora de Machede, José Vitorino Piteira.

27

28 **O Presidente da Junta** agradeceu e deu as boas-vindas a todos os presentes, salientando o  
29 privilégio de ter a Assembleia Municipal na Freguesia e informou que iriam ver um pequeno  
30 vídeo, que dá a conhecer um pouco da mesma, especialmente para quem não conseguiu estar  
31 presente na visita.

32 Começou a sua exposição pela obra mais recente, que foi a requalificação da variante da  
33 Freguesia, com o objetivo de retirar o trânsito do centro, que teve um investimento de 10 mil  
34 euros.

35 Realçou que é a Freguesia das 5 colinas, com uma enorme extensão territorial, com muita  
36 desertificação em certos pontos, com caminhos, na sua maioria, em terra batida, com muitas  
37 quintas e salientou as plantações e a fábrica de chás.

38 Referiu a necessidade de um acesso sobre a ribeira à pequena zona industrial, para facilitar  
39 o trânsito e evitar a sobrecarga na ponte romana.

40 Lamentou o estado em que se encontra o Castelo de São Vicente de Valongo, que é  
41 Monumento Nacional.

42 Relembrou o problema do Caminho Municipal 1095, que tem cerca de 8 km em reta e com  
43 poucas curvas, e que os preocupa muito pelo estado em que se encontra.

44 Concluiu informando sobre a aprovação do Orçamento para 2023 e realçando o empenho  
45 dos membros e dos funcionários da Junta para o melhor da Freguesia.

46 Gratulou-se pelos machedenses ali presentes, referindo que foram todos convidados.  
47 Salientou as dinâmicas da freguesia e o orgulho de ser machedense, tendo sempre o objetivo  
48 de receber e acolher bem, e desejou que todos se sentissem em casa, pois foi com enorme  
49 satisfação que partilhou as suas vivências do dia a dia.

50

1 **O Presidente da Junta**, em relação às dificuldades e ambições da Freguesia, disse que  
2 existem duas coisas possíveis que gostaria que fossem realizadas, a primeira relativa à Escola  
3 EB1 e ao Jardim de Infância, que estão no limite do encerramento, por terem uma média de  
4 10 alunos em cada uma, portanto pretende que sejam efetuadas todas as melhorias possíveis  
5 para que se mantenham abertas, e a segunda relativamente à zona de atividades económicas,  
6 relembrando que existe um acordo entre a Câmara, que faculta o material, e a Junta, que  
7 faculta a mão de obra.

8 Ainda sobre as dificuldades e ambições, referiu mais algumas situações, começando pela  
9 questão da rede de água pública e rede de esgotos, lembrando que no centro da freguesia  
10 ainda existem zonas onde não há esgotos e pediu alguma atenção para a resolução daquelas  
11 situações.

12 Sobre as associações, que visitaram, realçou o centro de dia e considerou que têm que  
13 alavancar um projeto que têm desde 2009, que é a realização de um pequeno núcleo com a  
14 possibilidade de ter 15 camas, tendo o terreno, junto ao centro de dia, e certamente a Câmara  
15 poderá ajudar com o projeto de candidatura. Destaca que não se pode ver apenas a médio  
16 prazo, mas tem de ser visto a longo prazo pela perspetiva das pessoas idosas já existentes,  
17 para lhes dar condições e um futuro acolhimento, quando já não possam estar apenas no  
18 centro de dia tenham, também de pernoitar.

19 Relativamente ao melhoramento do Complexo Desportivo, referiu que, para se ter acesso à  
20 prática desportiva, considerada um dos direitos fundamentais, tem de existir algum cuidado  
21 para a criação de melhores condições.

22 Em relação à situação da rede viária, lembrou que, ainda, existem ruas e travessas em terra  
23 batida, dentro do Centro Urbano.

24 Também sobre a rede viária, realçou o problema do Caminho Municipal 1095, lembrando  
25 que quando foi efetuado, constituiu um grande avanço para a Freguesia, mas que agora é um  
26 pesadelo, não só pelo estado da via, mas também pela falta de estratégia da Câmara  
27 Municipal, no sentido do compromisso de melhoramento e de recuperação, com a  
28 manutenção e conservação todos os anos, que considerou da máxima importância.

29 Realçou que ocorreram grandes avanços nos últimos 30 ou 40 anos, mas que há muita coisa  
30 ainda por fazer, sendo que uma delas é tentarem recuperar edifícios, mas que o dinheiro é  
31 uma preocupação, pelo que têm de fazer opções políticas e opções estratégicas, daquilo que  
32 faz mais falta.

33

34 **O Presidente da Junta**, disse que tem muito orgulho em ser Presidente de Nossa Senhora  
35 de Machede, que não se vê noutro local porque foi ali que nasceu, e destacou que a marca  
36 de Nossa Senhora de Machede é aquela identidade com qualidade de vida, de uma população  
37 com pouco mais de 1000 pessoas numa extensão de 180 km<sup>2</sup>. Acrescenta, ainda, serem uma  
38 das maiores Freguesias, recordando que tiveram uma grande mais-valia com a estrada que  
39 os liga a Évora e com o Jardim de Infância, constituindo ambos obras pilar daqueles anos  
40 todos, em que é Presidente da Junta.

41 Concluiu agradecendo a todas as pessoas que têm ajudado a Freguesia a melhorar e  
42 acrescentou que, embora reine a insatisfação, têm a confiança em todos e não os podem  
43 defraudar, pelo que desejou que a Assembleia Municipal, ali reunida, continue a conceder a  
44 todas as outras Freguesias aquilo que merecem e o bem-estar da população.

45

46 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao senhor Deputado e Presidente da  
47 Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede, José Vitorino Piteira, a sua informação  
48 porque ficaram todos muito mais conhecedores dos problemas da Freguesia, sendo esse um  
49 dos objetivos da descentralização da reunião da Assembleia Municipal, pois compete-lhes  
50 apoiar o povo das Freguesias e, naturalmente, conhecer os seus problemas é absolutamente

1 crucial, pelo que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para falar sobre o retrato  
2 que lhes foi apresentado dos problemas e dos anseios que a Freguesia alimenta.

3  
4 **O Presidente da Câmara** começou por salientar o excelente relacionamento que tem vindo  
5 a ser estabelecido com a Junta de Freguesia, em anos extraordinariamente difíceis, e que  
6 aquele relacionamento se traduziu, deste logo, num aumento significativo das transferências  
7 de verbas para a Junta, dentro daquilo que foi sendo assumido com as Juntas, e que permitiu,  
8 de facto, um salto qualitativo naquele nível e que iria referir primeiro as potencialidades e  
9 depois a questão dos problemas.

10  
11 Sobre as potencialidades, referiu terem sido identificadas, sendo que tiveram a oportunidade  
12 de visitar a zona das atividades económicas que pretendem construir: Foram realizadas  
13 várias reuniões com os interessados em investir naquela zona, encontradas as funções  
14 possíveis. Quanto ao terreno, que pertence à Associação para o Desenvolvimento  
15 Empresarial (MADE), foi preciso encontrar uma solução legal que permitisse uma  
16 colaboração entre o Município, a MADE e a Junta de Freguesia para avançarem para a  
17 infraestruturação da zona, pelo que esta já está em curso, salientando que lhe pareceu uma  
18 boa solução e que, se tudo correr bem, permitirá que haja obra no terreno, ainda este ano, e  
19 que se perspectiva o avanço naquela área. Mencionou um problema que foi levantado, não  
20 sendo de menor importância, relacionado com o posto de transformação, que tem de ser  
21 colocado pela E-Redes, mas que tem que ser ainda trabalhado pela Câmara, devido ao valor  
22 do mesmo e também ao tempo que a própria E-Redes tem colocado.

23  
24 Salientou que, nas áreas de Reabilitação Urbana e do Plano Local de Habitação, procuraram  
25 assegurar a redução da Taxa do IMI e dos Prédios Urbanos da Freguesia, sendo de 30% nos  
26 prédios urbanos, nas freguesias rurais. Reforçou que o Plano Local de Habitação permite  
27 que haja uma taxa reduzida do IVA, nas reabilitações das obras, que pode levar à isenção do  
28 IMI, no período de 3 a 8 anos, e nalguns casos também à isenção de IMT nas aquisições de  
29 imóveis, destinados a reabilitação.

30  
31 Recordou que, a partir de 2019, foi possível retomar os apoios financeiros, que tinham sido  
32 cortados em 2009, ao Movimento Associativo local e salientou o papel cultural da Banda  
33 Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede, que integra o programa  
34 Municipal relacionado com a Orquestra Juvenil de Sopros, que permitiu garantir uma  
35 formação regular, que tem vindo a alimentar as várias bandas e também o salto qualitativo  
36 que foi possível dar. Referiu também que, para além do projeto da Orquestra do Sopros, o  
37 projeto Bandas à Rua tem permitido que as bandas circulem por este e outros concelhos.

38  
39 Em relação à rede viária afirmou que é, de facto, uma preocupação e recordou que foram  
40 repavimentadas, naquela Freguesia, a Rua Engenheiro Sebastião José Perdigão, o Largo da  
41 Casa do Povo e a Rua 25 de Abril, mas têm o problema colocado do Caminho Municipal  
42 1095, salientando a dinâmica que a Freguesia tem tido.

43  
44 Confirmou que estão preocupados com as questões relativas às culturas superintensivas, em  
45 particular, devido à alteração no perfil de culturas que tem ocorrido um pouco por todo o  
46 Alentejo, e têm de acautelar também o problema da qualidade do tráfego naquele caminho,  
47 devido ao facto de terem surgido viaturas pesadas, que não estavam previstas e para as quais  
48 a estrada não estava preparada.

49  
50 Realçou os problemas complicados naquele caminho e lembrou que, para ser feita a sua  
51 requalificação, o valor global importava em 2 milhões e 215 mil euros, mas que com os

1 atuais instrumentos financeiros não há a perspetiva de se poder fazer uma obra com aquela  
2 dimensão, pelo que o possível é uma reparação da estrada, assegurando depois uma  
3 manutenção, tendo sempre a consciência de que, com aquele tráfego pesado, terão problemas  
4 de degradação da estrada, mais rápidos do que aqueles que gostariam de ter.

5  
6 Sobre a questão da Rede Viária, manifestou o compromisso da Câmara para com o senhor  
7 Presidente da Junta, de que estão a trabalhar no sentido de fazer aquela reparação, dentro do  
8 envelope financeiro que têm, e aproveitou para relembrar que têm vindo a tratar com o  
9 Governo a questão da Rede Viária, porque este é um problema comum ao país e porque a  
10 Rede Viária secundária não teve, nos últimos três Quadros Comunitários de Apoio,  
11 quaisquer tipos de apoio, sendo que esta está muito degradada no concelho.

12  
13 Referiu que se perspetivou a possibilidade de, no quadro do PT2030, haver verbas para a  
14 Rede Viária, no entanto não vão existir, mas a Senhora Ministra da Coesão transmitiu às  
15 Câmaras que tem perspetivada a possibilidade de um acordo com o Banco Europeu de  
16 Investimento, no sentido de procurar financiamento que possa ser cedido aos Municípios,  
17 para intervir na Rede Viária. Na última reunião que tiveram informou-os de que o Governo  
18 tinha alterado aquela posição, que já não seria com o Banco Europeu de Investimento, mas  
19 que o financiamento seria efetuado através do Banco de Fomento e, portanto, aguardam  
20 aquela informação, porque permitiria acrescentar o financiamento e ter uma maior  
21 capacidade de intervir, em termos de investimento porque, em 2019, os investimentos  
22 globais eram superiores a 12 milhões de euros, para a Rede Viária.

23  
24 **O Presidente da Câmara** manifestou o reconhecimento à Freguesia pelo trabalho que tem  
25 sido realizado, aos vários níveis, e pela colaboração que têm tido nas pequenas obras, na  
26 melhoria da imagem urbana, sendo que visitaram algumas delas.

27 Em relação à pretensão da construção do Lar da Obra de São José Operário, é uma  
28 possibilidade que está em cima da mesa e que dependerá também dos financiamentos que  
29 existirem àquele nível. Há um projeto que, aparentemente, pode ser aplicado desde que haja  
30 financiamento, depois terá que ser garantido o Acordo com a Segurança Social para os  
31 utentes, que tratarão com a Obra de São José Operário.

32 No caso do Centro de Dia, a situação é um pouco mais complicada porque claramente há a  
33 necessidade de estabilizar, do ponto de vista institucional, o lar, por parte da direção, caso  
34 contrário o problema não será resolvido e, de facto, dificilmente o lar poderá sobreviver  
35 apenas como Centro de Dia, pelo que, da parte da Câmara, manifestou a disponibilidade  
36 para colaborar na procura da solução.

37  
38 **A deputada Paula Pita** sugeriu que a Assembleia Municipal possa aprovar uma  
39 Recomendação à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para  
40 visitar a legislação que enquadra o apoio às valências, aos Centros de Dia, ao Apoio  
41 Domiciliar e Lares, no sentido de se poder inscrever uma discriminação positiva para as  
42 Freguesias do interior, que seria de facto uma mais-valia para tentar evitar o encerramento  
43 da Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar de Nossa Senhora de Machede. Referiu  
44 que todos ouviram as dificuldades que aquela Associação está a sofrer mas que, tal como  
45 disse o senhor Presidente da Junta, de facto, é uma resposta importante, embora se tenha que  
46 fazer uma sensibilização pedagógica para que os utentes a frequentem mais cedo, ou então  
47 encontrar novas formas de acorrer à população.

48  
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** interveio para chamar a atenção para as imagens,  
50 que viram no vídeo, de um território desflorestado que não é responsabilidade atual, é  
51 responsabilidade histórica, que vem dos romanos, por alargaram o perímetro de

1 desflorestação para cultivarem os cereais, daí a nossa vocação histórica da cerealicultura.  
2 Depois vieram também as pastagens e todas essas atividades que, pouco a pouco, foram  
3 minando o perímetro da floresta até chegarmos à situação atual, e que também é bom  
4 recordar que durante muitos séculos a madeira foi a fonte de energia que as pessoas tiveram  
5 para se aquecer e, naturalmente, a matéria vem das florestas, portanto, a própria vida das  
6 pessoas fez com que a floresta fosse escasseando.

7 Salientou que a situação que observam, hoje, de falta de chuva, deriva sobretudo das  
8 alterações climáticas, entre outras situações, mas também da falta de árvores, da falta do  
9 coberto vegetal, pelo que há um encadeado de situações das quais se deverá ter consciência  
10 para que seja possível proceder em conformidade.

11 Disse ainda que a sua intervenção pretende sensibilizar o senhor Presidente da Junta, e  
12 solicitar-lhe que coloque a juventude a semear bolotas nos terrenos vagos, onde não há uma  
13 cultura propriamente afirmada, pois é delas que depende o futuro, no sentido de minorar a  
14 situação.

15  
16 **O 2º Secretário** informou que passam para o ponto seguinte.

17  
18 **2. Nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal de Évora para a Comissão**  
19 **de Proteção de Crianças e Jovens de Évora (CPCJ).**  
20

21 **A deputada Elmina Lopes** começou por recordar que, pela mudança de mandato e de  
22 composição da Assembleia, na Conferência de Representantes decidiram uma nova  
23 composição dos cidadãos a integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que seria  
24 com um elemento do PS, um elemento do PSD, um elemento do MCE e um elemento da  
25 CDU, e as várias forças políticas indicaram os nomes dos seus representantes. Informou que,  
26 entretanto, constataram que duas das pessoas indicadas já integram aquela Comissão, e  
27 sugeriu que a metodologia correta seria indicarem os outras representantes e confirmou que  
28 se mantém a Dra. Margarida Serra pela CDU.

29  
30 **A deputada Paula Pita** referiu que, na Conferência de Representantes, concordaram e  
31 consensualizaram os quatro representantes e confirmou a apresentação da Dra. Fátima  
32 Cabecinha, pelo MCE.

33  
34 **O deputado Gonçalo Costa** confirmou aquele entendimento e disse que a indicação da  
35 Bancada do PS é a Dra. Ana Beatriz Cardoso, que já desempenha essas funções, no âmbito  
36 dos trabalhos.

37  
38 **O deputado Francisco Figueira** confirmou também aquele entendimento e informou que  
39 os representantes PSD e do PS se encontram a cumprir, regularmente, o seu mandato.  
40 Considerou que faltava a Assembleia Municipal indicar os dois representantes, para as duas  
41 vacaturas, sendo claro que seriam as bancadas da CDU e do MCE a indicar os nomes, pelo  
42 que votariam favoravelmente os nomes apresentados, sem qualquer constrangimento.

43  
44  
45 **A deputada Ana Cardoso** informou que o mandato dos membros indicados pelas  
46 Assembleias Municipais para as CPCJ é de 3 anos, pelo que não podem integrar a Comissão  
47 Alargada da CPCJ por mais do que três mandatos e que os mandatos são automaticamente  
48 renovados se não houver informação em contrário, de acordo com o enquadramento legal  
49 das CPCJ. Lembrou que os membros que estão em funções, ela própria e a Dra. Ângela  
50 Caeiro, terminarão os seus mandatos em janeiro do próximo ano e, se não houver informação  
51 em contrário, serão automaticamente renovados, mas que, em quaisquer circunstâncias, um

1 novo mandato será o terceiro e necessariamente o último. Esclareceu que as representações  
2 na CPCJ são sempre 4 nomeações, e por estarem vagas 2 nomeações e também pela alteração  
3 da composição da Assembleia Municipal, é a razão de ser da emergência das substituições,  
4 e as nomeações indicadas, a Dra. Margarida Serra pela CDU e a Dra. Fátima Cabecinha pelo  
5 MCE, depois de tomarem posse na CPCJ terão o mandato de 3 anos a partir dessa data e  
6 compete à Assembleia Municipal a verificação, no final dos 3 anos, se renovam ou não.

7  
8 **O deputado Bruno Martins** referiu que as representantes atuais, Dra. Ana Beatriz Cardoso  
9 e Dra. Ângela Caeiro, estão nomeadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pela  
10 Assembleia Municipal, fruto da decisão do mandato anterior e não do mandato que está a  
11 correr, e pretendeu deixar claro que, por acaso, são as mesmas pessoas que se mantêm em  
12 funções, nomeadas pela outra Assembleia, que foram ratificadas.

13  
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
15 verificando mais pedidos, submeteu a presente Nomeação de dois representantes da  
16 Assembleia Municipal de Évora para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora  
17 (CPCJ) a votação.

18  
19 **Deliberação da Nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal de Évora**  
20 **para a CPCJ**

21 **Eleitas por unanimidade**, as Senhoras Maria Margarida Vicente Serra e Maria de Fátima  
22 Batista Cabecinha Gomes.

23  
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa aos pontos apresentados pela  
25 Câmara Municipal.

26  
27 **3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a**  
28 **situação financeira do mesmo. – Para conhecimento.**  
29

30 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

31  
32 **O Presidente da Câmara** começou por recordar que foi distribuída a informação, como é  
33 habitual, e que serão apenas algumas notas adicionais.

34 Informou que o Governo vai reunir em Évora, nos próximos dias 21 e 22, no âmbito de uma  
35 iniciativa chamada “Governo + Próximo” e que estão a articular com o Governo todo o  
36 calendário de trabalhos, onde participarão, mas naturalmente que a iniciativa é do Governo,  
37 e que da parte da Câmara irão apenas acompanhá-la. À partida, a reunião será no Palácio do  
38 Manuel e utilizarão também o edifício da CIMAC para outro tipo de reuniões, mas que ainda  
39 não conhece a agenda que vai ser proposta, sabe apenas que haverá um jantar no dia 21 com  
40 todos os Presidentes de Câmara do Alentejo Central e que no dia 22 iniciar-se-á o Conselho  
41 de Ministros, onde irá participar, sendo que, caso receba outros dados poderá facultá-los.

42  
43 Mencionou que têm vindo a trabalhar nas questões do acordo, referentes ao financiamento  
44 das acessibilidades da rede de água e saneamento do novo Hospital e a Senhora Ministra da  
45 Coesão e o Senhor Ministro da de Saúde tinham revelado o seu interesse na assinatura do  
46 mesmo naquele período, dos dias 21 e 22, mas até o momento não rececionou qualquer  
47 documento sobre a matéria, pelo que aquando da receção dar-lhes-á conhecimento.

48  
49 Relativamente a Évora2027, estariam a pensar assinar o Acordo que enquadraria a relação  
50 entre a Câmara e o Município sobre aquela matéria, embora estejam também a aguardar que



1 o documento seja concretizado, pelo que admitiu que possa ser assinado, mas, até ao  
2 momento, não têm ainda a certeza.

3  
4 Sobre a obra da ferrovia, lembrou que têm discutido o problema do acesso à Garraia com  
5 a IP, que apresentou uma solução alternativa da criação de 2 rotundas em vez do viaduto,  
6 inicialmente proposto pela Câmara e apresentaram aquela alternativa à Associação de  
7 Moradores da Garraia, que fez uma Assembleia Geral, onde optou pelo viaduto. Informou  
8 que estão agora a analisar, em termos da Câmara, as questões de ordem técnica, para  
9 poderem falar, posteriormente, com a Junta de Freguesia e a Associação de Moradores de  
10 forma a consensualizarem uma posição sobre aquela matéria. Afirmou que, aparentemente,  
11 a IP admite uma ou outra solução, mas, de facto, o viaduto diminui o acesso à Estrada  
12 Nacional.

13  
14 Em relação ao Festival Imaterial, realçou a sua realização com uma participação Local,  
15 Nacional e Internacional muito significativa, em que a generalidade dos espetáculos esteve  
16 cheio cheios, sendo uma parceria entre o Município e o INATEL, que tem boas perspetivas  
17 de continuidade.

18 Destacou também a realização da 16ª Edição da BIME, a Bienal Internacional de Marionetas  
19 de Évora, que foi a primeira edição pós-pandemia que teve também um sucesso muito  
20 significativo, abrindo boas perspetivas para o futuro.

21  
22 Comunicou que foi concluído o Inquérito aos eventuais desvios de verbas da Tesouraria  
23 Municipal, bem como a Auditoria Externa, tendo, efetivamente, concluído a existência dos  
24 mesmos, situação pela qual aqueles processos foram enviados para o Ministério Público e  
25 estão, agora, em segredo de Justiça. Disse que, ainda assim, teve a oportunidade de transmitir  
26 aos membros da Câmara uma informação genérica, aquela que de momento é possível  
27 facultar sobre esta matéria, e o mesmo relativamente ao processo do Cemitério.

28  
29 **O Presidente da Câmara** concluiu manifestando também, ali, a condenação pela destruição  
30 da exposição “Amor e Ódio” e, sobretudo, também pelo sequestro do funcionário municipal,  
31 que é absolutamente inaceitável.

32  
33 **O deputado Gonçalo Costa** agradeceu ao Senhor Presidente as informações e  
34 esclarecimentos prestados, mas colocou algumas questões relativamente àqueles pontos,  
35 porque pensa que os Deputados Municipais necessitam de mais informações. Relativamente  
36 à questão do ponto de situação do projeto, referente às acessibilidades do Hospital Central  
37 do Alentejo, que é uma obra estrutural e essencial para o desenvolvimento do território, não  
38 apenas do distrito de Évora, mas de todo o Alentejo, tratando-se de um investimento  
39 estruturante para todo o território e que vai permitir alavancar um conjunto de empresas e  
40 áreas de negócio, associadas à Área da Saúde e essenciais para o desenvolvimento do  
41 territorial nos próximos anos. Parafraseando o senhor Presidente, há questões que são do  
42 foro e responsabilidade da Câmara Municipal de Évora, segundo os compromissos  
43 assumidos e, portanto, gostaria de saber exatamente o ponto de situação da elaboração dos  
44 projetos que são da responsabilidade da Autarquia e se os Deputados Municipais ali  
45 presentes têm a possibilidade de os consultar.

46 Referiu que estão a aproximar-se do fim de um Quadro Comunitário e na fase de lançamento  
47 de um outro Programa Comunitário e de verbas do PRR, portanto, não faltam mecanismos  
48 financeiros à disposição do Município para dar resposta a um conjunto de carências da  
49 população, pelo que solicita o ponto de situação da execução dos projetos de financiamento  
50 comunitários, quais os projetados e programados para aproveitar as verbas, porque considera

1 que é importante não desperdiçar as oportunidades, pelo que pretendia saber se estão a  
2 posicionar-se de forma a poderem aproveitar aquelas fontes de financiamento.

3 Em relação à limpeza e salubridade, disse que é uma questão que preocupa todos os  
4 eborenses e, portanto queria saber que ações é que estão programadas para fazer face aos  
5 próximos tempos e para que a cidade não venha a sofrer com questões que puseram,  
6 inclusivamente, em causa a saúde pública em algumas zonas da cidade, como o lixo  
7 amontoado e a proliferação de algumas espécies que circulavam a céu aberto.

8  
9 Questionou, ainda, qual a forma jurídica da Associação que irá ficar encarregue pela gestão  
10 da Capital Europeia da Cultura, uma vez que não é só a Câmara Municipal que participará  
11 nessa estrutura, será formada por outras entidades que também contribuirão financeiramente  
12 para aquele certame, pelo que gostaria de ter uma informação de que vai ser assinado com o  
13 Senhor Ministro da Cultura um Protocolo, mas de saber especificamente qual a forma  
14 jurídica, pensada para aquela constituição.

15 Questionou o ponto de situação das reuniões com as Juntas de Freguesia, porque foi um  
16 compromisso que o Senhor Presidente tem assumido, publicamente, nas reuniões da  
17 Assembleia Municipal de intensificar aquelas formas de colaboração e, portanto, se  
18 realmente tem sido concretizado ou se ainda não houve disponibilidade.

19  
20 Sobre a necessidade de haver uma adequação da rede de Transportes Públicos aos horários  
21 mais críticos, quer de trabalho quer de funcionamento das escolas públicas, perguntou ao  
22 Senhor Presidente se tem havido alguma evolução naquela matéria. Acrescentou que se  
23 querem criar condições para as pessoas se fixarem no território têm de criar habitação, que  
24 infelizmente, parece que a Câmara Municipal ainda não conseguiu ter uma política que dê  
25 resposta às populações.

26  
27 **A deputada Elmina Lopes**, em relação à atividade do Município, saudou a crescente  
28 atividade cultural que a cidade de Évora tem registado e destacou o hospital, que irá  
29 beneficiar todo o Alentejo, sendo uma obra estruturante e extremamente , destacando estar  
30 orgulhosa da concretização da mesma, porque se bateram insistentemente pela sua  
31 concretização em todos os fóruns, apesar de o PCP não estar no Governo, mas a obra  
32 arrancou e traduziu-se numa decisão política concreta que está em concretização muito  
33 também pelo esforço do partido.

34 Relembrou que recentemente a Assembleia Municipal promoveu uma visita às obras do  
35 hospital, em que ficaram a saber que 20% do financiamento está realizado e que até o fim  
36 do ano se pretende realizar 85% o que lhes pareceu bastante ambicioso, mas os responsáveis  
37 referiram que não há atrasos, e apesar da dimensão nacional do hospital o Governo sentiu a  
38 necessidade de recorrer à ajuda da Câmara de Évora para realizar a obra de acessibilidades  
39 e de infraestruturas de água e saneamento. Referiu que Évora terá o privilégio de acolher  
40 esta infraestrutura devido à sua centralidade, mas trata-se apenas de 4% do território e cerca  
41 de 10% da população beneficiará desta infraestrutura nacional, ainda assim o Município  
42 aceitou aquele desafio no pressuposto de que não seriam os eborenses a arcar com os custos  
43 daquele empreendimento como, aliás, nem seria possível. Questionou, assim, o Senhor  
44 Presidente da Câmara sobre o que falta, da parte do Município, para concretizar aquele  
45 processo e da parte do Governo, porque se amanhã quisesse submeter o projeto  
46 acessibilidade a um qualquer programa de financiamento o que o impediria, se já tem uma  
47 linha de financiamento garantida para além de palavras, se já tem expropriados os terrenos  
48 onde se vão construir as acessibilidades, processo que é da responsabilidade do Governo,  
49 sem o qual não é possível candidatar a obra a qualquer financiamento, se já tem todos os  
50 parceiros que necessita, da parte das várias entidades públicas e, relativamente às

1 infraestruturas de água e saneamento, na sua coordenação com as Águas de Lisboa e Vale  
2 do Tejo, em que ponto está a concretização daquele processo.

3  
4 Relativamente à Capital Europeia da Cultura, perguntou o que é que está a impedir a  
5 constituição da Associação gestora, que está prevista no *Bid Book*, sendo que a sua  
6 constituição é fulcral durante este ano porque têm um compromisso perante a União  
7 Europeia de concretizar uma série de tarefas calendarizadas no *Bid Book*, e têm  
8 responsabilidades perante aqueles que decidiram financiar aquele empreendimento.

9  
10 Manifestou preocupações com o IP2 que está, supostamente, coberto por financiamentos do  
11 PRR e questionou o que impede o arranque daquela obra, que justificações é que são dadas  
12 à Câmara, uma vez que não é uma obra da responsabilidade da Câmara.

13  
14 **O deputado Redolfo Pereira** começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer ao  
15 seu colega Piteira pelo acolhimento que lhes proporcionou, referindo as seguintes perguntas  
16 concretas para o Senhor Presidente da Câmara.

17 No que diz respeito ao acerto das contas da cantina, referente ao ano letivo de 2021/2022,  
18 segundo a informação que tem o assunto já foi à reunião de Câmara no passado dia 1 de  
19 março, mas até aquele dia as Juntas ainda não receberam qualquer valor referente ao mesmo.

20  
21 Ainda acerca das cantinas, pretendeu saber em que ponto é que estão os Contratos  
22 Interadministrativos porque, segundo sabe, já foram assinados e aprovados pelas Freguesias  
23 e Uniões de Freguesias, que estão a prestar o serviço desde janeiro e a chegar ao final do ano  
24 letivo e ainda não receberam qualquer verba referente ao ano civil.

25  
26 Em relação às novas extensões de Saúde, perguntou sobre o ponto de situação da candidatura  
27 ao PRR e se já tem novidades para os informar.

28  
29 Sobre a limpeza das bermas nos caminhos municipais, perguntou se já há alguma  
30 planificação, uma vez que estão a meio do mês de junho, já com calor, pelo que os incêndios  
31 infelizmente vão começar, e, embora os proprietários já tenham feito a sua parte, a parte que  
32 compete à Câmara ainda não está devidamente limpa.

33  
34 **O deputado Luís Pardal** começou por saudar todos os presentes, em especial o senhor  
35 Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Macedo e todos os habitantes daquela  
36 terra e informou que tem algumas questões a colocar ao Senhor Presidente.

37  
38 Sobre a Estrada dos Aliados, o Senhor Presidente já deu a informação, por diversas vezes,  
39 de que já estarão reunidas todas as condições para iniciar a obra, mas de facto ainda não foi  
40 iniciada e pediu o ponto de situação sobre essa intervenção.

41  
42 Em relação ao Lar Nossa Senhora da Conceição, como é sabido existe um grande  
43 constrangimento no Bairro da Câmara, pelo que solicita também o ponto de situação, sobre  
44 aquele projeto.

45  
46 Relativamente à Ecopista, que está bastante degradada, tem conhecimento de que a Câmara  
47 Municipal está a desenvolver uma candidatura em conjunto com a CIMAC, e gostaria de  
48 saber se tem avanços sobre aquela situação.

49 Sobre a articulação que está a acontecer entre a Câmara Municipal, a IP, a Associação de  
50 Moradores e a Junta de Freguesia, o Senhor Presidente deu a informação sobre as duas  
51 soluções apresentadas por pela IP, portanto, quis saber se já há algum avanço, porque é

1 necessário e urgente fazer uma intervenção rápida de manutenção do Caminho Municipal  
2 1090, em que a IP também estaria disponível, em colaboração com a Câmara, para fazer essa  
3 intervenção e perguntou da parte da Câmara o que é que falta indicar à IP.

4 Questionou qual é que seria a disponibilidade do Município para fazer um projeto piloto na  
5 Escola André de Resende, no período das férias, em que, por exemplo, teriam durante duas  
6 ou três semanas o espaço do recreio aberto à população, para que as crianças e os jovens  
7 pudessem fazer as suas atividades.

8 Aproveitou a questão colocada sobre as reuniões com as Junta de Freguesia para apelar ao  
9 Município para que possam ter, de facto, aquelas reuniões de uma forma mais regular,  
10 porque a última aconteceu a 31 de março.

11  
12 Sobre o documento de Informação da Atividade do Município, referiu o ponto “Programa  
13 Concelhio de Higiene e Limpeza Publicas” citando o primeiro parágrafo: “Manutenção, em  
14 articulação com as juntas de freguesia urbanas, de equipas nos bairros de modo a garantir  
15 um trabalho de proximidade procurando dar uma resposta rápida as necessidades das  
16 populações. As intervenções consistem na varrida e corte de ervas dos arruamentos.”, e disse  
17 que é uma frase que surge, sistematicamente, naqueles relatórios, mas que não pode  
18 continuar a aceitar que se diga, sucessivamente, que a limpeza do espaço público é feita em  
19 articulação com as Juntas de Freguesia urbanas porque não é verdade. Têm de substituir a  
20 palavra “articulação” por “desarticulação” porque aquela é uma competência da Câmara  
21 Municipal e que as Juntas de Freguesia urbanas procuram, de facto, essa articulação, mas  
22 ficam sempre sem resposta, não há uma atuação por parte da Câmara Municipal, por ser  
23 pedido pela junta de Freguesia. Referiu que é Presidente da União de Freguesias de Bacelo  
24 e Senhora da Saúde que só têm um trabalhador operacional, mas se a Câmara lhes delegar  
25 competências de limpeza do espaço público, com certeza que terão capacidade para contratar  
26 mais trabalhadores e fazer uma intervenção de proximidade, porque é isso que se pretende  
27 com maior eficácia e estão disponíveis. A sua Freguesia já o manifestou inclusive por escrito,  
28 com disponibilidade para iniciar um projeto piloto, um teste em dois ou três bairros, porque  
29 querem mesmo estar do lado da solução, ao lado da Câmara Municipal, mas não estão a ter  
30 resposta, portanto, perguntou quando é que terão efetivamente aquela articulação, como está  
31 inscrito na Informação da Atividade do Município.

32  
33 **O Presidente da Câmara**, quanto às acessibilidades ao novo Hospital Central do Alentejo,  
34 transmitiu que o projeto de acessibilidades está concluído, como já tinha referido  
35 anteriormente, já foi enviado à IP para concertação com a Autoridade de Mobilidade e  
36 Transportes, sobre as interseções nas estradas nacionais, onde serão feitas rotundas e aquela  
37 Autoridade irá emitir um parecer, pelo que o projeto está em condições. No entanto, admitem  
38 a possibilidade de o poderem melhorar, em relação a questões que não dependem da Câmara,  
39 mas que podem facilitar a obra, como por exemplo o atravessamento de telecomunicações  
40 ou de eletricidade. Também o projeto de água e saneamento que a Câmara tinha efetuado  
41 estava concluído, mas no contacto que tiveram com as Águas do Vale do Tejo entendeu-se  
42 que era melhor concertar a rede em baixa com a rede em alta e, portanto, o projeto está a ser  
43 reformulado e estará concluído brevemente.

44  
45 Relativamente ao PT2020, disse que têm efetuado praticamente tudo o que tinham proposto,  
46 tendo em conta as programações, mas têm preocupações com duas obras, a obra dos Paços  
47 do Concelho e a obra da ligação da ferrovia ao Centro Histórico, porque sofreram atrasos  
48 que decorreram das questões dos concursos públicos e, portanto, naturalmente querem que  
49 acabem dentro do prazo, para que não haja necessidade de haver acertos relativamente a  
50 financiamentos, mas é uma questão que também estão a tratar com as autoridades de gestão  
51 e com o próprio Governo, porque é uma situação generalizada.

1  
2 Sobre a limpeza e salubridade, informou que procuraram contratar a empresa que deveria  
3 entrar em funcionamento, mas a empresa que ganhou o concurso desistiu, invocando a falta  
4 de mão de obra, e estão a fazer o contacto com o segundo concorrente no sentido de  
5 ultrapassar aquela questão e também de procurar outras medidas, para poderem dar resposta  
6 àquela situação. Estão a falar, sobretudo, das questões do corte de ervas mais do que da  
7 limpeza, porque as questões de limpeza já tiveram um salto qualitativo.

8  
9 Em relação a Évora2027 e à forma jurídica no *Bid Book*, referiu que no quadro 30 está tudo  
10 explicitado, que está a identificação da estrutura de governança que propõem e que o  
11 problema é simples, ou é a Câmara que cria a Associação ou a Associação é criada por  
12 decreto do Governo, em que a vantagem de ser criada por decreto do Governo, na opinião  
13 da Comissão Executiva, é exatamente adequar aquela estrutura às necessidades específicas  
14 da Capital Europeia da Cultura, porque há um conjunto de situações que têm que ter em  
15 conta aquelas especificidades e que em rigor podiam criar, de imediato, a Associação  
16 respeitando as exigências legais, mas, como já explicou, não pareceria haver aquela  
17 necessidade, uma vez que está tudo definido no *Bid Book* que está aprovado pela Comissão  
18 Europeia e pelo Ministério da Cultura. Informou que aquela questão está a ser trabalhada  
19 com o Senhor Ministro da Cultura, e que nos próximos dias será decidida uma via ou outra  
20 e, como disse, se for por via da Câmara já estão a avançar com a Associação e, portanto, não  
21 haverá qualquer alteração de prazo, tratando-se do ano de 2023.

22  
23 Destacou que reuniram com todas as Freguesias para identificar as prioridades de trabalho e  
24 que o compromisso da Câmara é que, até ao final deste mês, possam agora voltar a falar com  
25 as Freguesias no sentido de dar resposta àquilo que foram as reuniões de trabalho com cada  
26 uma.

27  
28 Informou que vai entrar em funcionamento a nova concessão de Transportes Públicos e que  
29 têm consciência que não vai ser possível dar resposta a todas as questões, nem seria correto  
30 dizer que o vão fazer, mas vão ser melhoradas várias questões, sendo que naquele momento  
31 a concessão está toda tratada, faltando apenas tratar os licenciamentos dos autocarros.  
32 Salientou que, como já foi dito e é conhecido, a frota será totalmente elétrica, que esperam  
33 ainda neste mês ou mais tardar no próximo mês que a concessão comece a trabalhar e que  
34 terão a oportunidade de poder melhorar porque têm a abertura, no âmbito da concessão, para  
35 poder fazer acertos e até novas carreiras se houver necessidade, o que implicará sempre um  
36 investimento, por parte do Município, sobretudo para garantir que as tarifas sejam mais  
37 baixas do que as do mercado, como se sabe estão a praticar tarifas 60% abaixo dos valores  
38 reais.

39  
40 Relativamente ao novo hospital, esclareceu que não têm ainda indicação por parte do Estado  
41 das questões da tomada de posse ou da expropriação, porque não sabe o que irão fazer  
42 relativamente aos terrenos privados, necessários às acessibilidades. Informou que tem estado  
43 a coordenar com o Presidente da ARS aquela situação para evitar que haja atrasos,  
44 complicações e o que procuram fazer é dar prioridade, em primeiro lugar, às redes de água  
45 e saneamento e depois às acessibilidades. Salientou que não é de menor importância a  
46 atualização do orçamento das acessibilidades, que aponta para um valor superior a 10  
47 milhões de euros.

48  
49 Em relação ao IP2, confirmou que foram surpreendidos pelo projeto ter sido revisto e a  
50 informação que têm da IP é que aquela revisão do projeto estará pronta em setembro e que  
51 a partir de setembro lançarão o concurso do IP2, e é a última informação que têm sobre a

1 aquela questão. Informou que a IP ficou de enviar uma proposta de protocolo para o apoio à  
2 reparação dos caminhos municipais e, portanto, naquele âmbito estão a aguardar, sendo que  
3 já identificaram os caminhos que entendem que há necessidade, pois para além desses há  
4 outros que também têm necessidade de reparação.

5  
6 Sobre o acerto das contas da cantina, admitiu que ficou um pouco surpreendido e que tem  
7 de ver qual é a situação porque não tenho essa informação. Quanto aos contratos  
8 Interadministrativos, disse que julga que já estão assinados com uma série de Freguesias,  
9 outras em que faltava algumas questões das aprovações nas assembleias de Freguesia,  
10 portanto darão sequência imediata aos Contratos.

11  
12 Acerca das extensões de Saúde, informou que junto do PRR foi feito um acordo para  
13 atualizar os valores, que passaram de 140 mil euros para 200 mil euros, pelo que fizeram a  
14 candidatura e o organismo de Gestão Nacional disse que era desnecessário o Protocolo com  
15 a ARS, mas agora a Autoridade de Gestão do PRR voltou a pedir o Protocolo de Gestão e já  
16 estão a tratar com a mesma para que este possa ser feito e enviado ao PRR, para as 6  
17 extensões de Saúde.

18  
19 Quanto à limpeza dos caminhos municipais, referiu que têm estado a ser realizadas em  
20 alguns, mas insuficientes e também já está adjudicado o concurso, agora é acertar com a  
21 empresa quando é que pode avançar.

22  
23 Sobre o Bairro da Câmara, disse que estão a rever o projeto para o poderem apresentar,  
24 porque tomou dimensões financeiras que parecem inoportáveis e, portanto, têm que o  
25 adaptar.

26  
27 Relativamente à Ecopista, informou que a CIMAC teve que passar aquele concurso para o  
28 PT2030 por causa, mais uma vez, dos problemas de empreiteiros que existiram e, portanto,  
29 houve um atraso e naquele momento não tem o calendário do que está previsto para a  
30 situação.

31  
32 Em relação ao projeto piloto na Escola André de Resende, disse que podem falar sobre o  
33 assunto, embora não esteja a ver exatamente o que pode ser, mas tem que ser visto em  
34 primeiro lugar também com o Agrupamento, como é evidente, mas estão disponíveis para  
35 poder analisar a situação.

36  
37 No que diz respeito à referência que está como articulação, mas que não tem havido  
38 articulação, é um erro que assumiu e que procurarão naturalmente retificar, melhorando-a,  
39 não é retificar retirando o termo articulação.

40  
41 **O deputado Gonçalo Costa** começou por agradecer as explicações e informações prestadas  
42 pelo Senhor Presidente da Câmara, mas pretendeu reforçar, e deixar presente em Ata, o  
43 apelo que a Bancada Municipal do Partido Socialista fez para que a Câmara Municipal  
44 reforce o seu empenho na resolução das questões que ficaram definidas, serem da  
45 responsabilidade da Câmara Municipal, no processo de construção do Hospital Central do  
46 Alentejo, uma vez que, como disse e bem, a obra está a decorrer ao ritmo esperado. Prevê-  
47 se a conclusão dos trabalhos dentro dos cronogramas que foram definidos e, portanto, não  
48 podem ter um Hospital construído, sem as ligações necessárias, sem as infraestruturas  
49 necessárias, para que funcionam em pleno.

50 Disse que ficou preocupado com a informação que o Senhor Presidente transmitiu,  
51 relativamente à questão da limpeza, por se tratar de uma questão crítica, para a Bancada

1 Municipal do Partido Socialista e que, na perspetiva da Bancada, a Câmara Municipal não  
2 tem sabido estar à altura da responsabilidade de manter uma Cidade Património Mundial da  
3 Humanidade com a cara limpa que todos merecem e que quem os visita merece, e reforçou  
4 a preocupação com aquela área.

5 Perguntou qual o ponto de situação do que ainda obsta a que o Salão Central possa entrar em  
6 funcionamento pleno e que aquele espaço cultural seja colocado ao serviço da população. Já  
7 ouviram diversas vezes que é uma questão com o gerador e o quadro elétrico, porque já não  
8 sabe há quanto tempo é que aquela situação se arrasta e, portanto, acha que é um espaço que  
9 está concluído fisicamente e deve estar à fruição da população, portanto, manifestou ali mais  
10 uma vez mais a preocupação e a pergunta do que está a impedir a sua abertura e  
11 funcionamento.

12

13 **O deputado Luís Pardal** apelou, na sequência das respostas do Senhor Presidente, para que  
14 no lugar de se fazerem concursos e depois as empresas não concorrem ou aceitam e depois  
15 não fazem, então que se considerem as Juntas de Freguesia para concretizarem aqueles  
16 trabalhos, quer da limpeza das bermas quer outras limpezas das vias,.

17

18 **O deputado José Figueira** relembrou que a Assembleia Municipal visitou o Hospital  
19 Central do Alentejo que está a ser construído em Évora no dia 23 de setembro e no dia 26 de  
20 maio e que em setembro foram acompanhados pela Senhora Vice-Presidente da ARS, por  
21 impossibilidade da Senhora Presidente da ARS, e em maio foram acompanhados pela  
22 Senhora Presidente da ARS, a Professora Filomena Mendes, e disse que quem esteve nas  
23 duas visitas verificou, tal como foi referido pela Senhora Presidente e já ali foi mencionado,  
24 que àquela data estavam executados física e financeiramente 20% da obra, que era intenção  
25 da ARS e também da Senhora Ministra da Coesão. Numa visita a Évora fez as declarações  
26 de que até ao final do ano tinha que estar executado mais 65% da obra, para que se  
27 aproveitassem os Fundos Comunitários. Mencionou que todos sabem como é que o mercado  
28 da construção civil e das obras públicas está a funcionar, porque tiveram ocasião de constatar  
29 que, por exemplo, um conjunto de operários especializados que estavam na obra,  
30 nomeadamente armadores de ferro, muitos deles eram estrangeiros e que há neste momento  
31 no mercado um conjunto de problemas ao nível da capacitação de Recursos Humanos  
32 naquela área, independentemente de muitas daquelas obras estarem a ser feitas em pré-  
33 fabricados em unidades industriais, a verdade é que todos desejam e ambicionam que  
34 rapidamente aquela infraestrutura esteja ao serviço do Alentejo, mas em verdade têm que  
35 criar certamente na mentalidade e no pensamento, planos de contingência para o que,  
36 porventura, possa virar acontecer ao nível de execução da obra.

37

38 Referiu que enquanto Assembleia Municipal não podem deixar de dizer que aquela  
39 infraestrutura é para responder aos problemas da Saúde da população da Região do Alentejo,  
40 por isso não é o problema só do Concelho de Évora, é da Região do Alentejo e têm também  
41 que pensar, tendo em conta que se quer que aquele Hospital tenha um conjunto de valências  
42 e de especialidades, nos recursos humanos e no funcionamento em rede daquele Hospital  
43 com o Hospital de Portalegre, com o Hospital de Beja e com o Hospital do Litoral  
44 Alentejano, porque só assim é possível responder aos problemas das populações desta  
45 Região. Por isso deixou aquela primeira nota como reflexão, porque não podem só pôr o  
46 foco naquilo que foi um compromisso por parte da Câmara Municipal de Évora, em relação  
47 às especialidades e execução da obra, é preciso efetivamente saber como é que estão os  
48 outros momentos e os outros passos, caso contrário estão a deixar para trás um conjunto de  
49 questões que têm que pensar futuramente.

50 Sobre a questão dos Fundos Comunitários, informou que há pouco tempo foi publicado uma  
51 Adenda ao PRR, com 280 páginas, e a palavra Alentejo não surge em lado nenhum. Por

1 outro lado, o reforço do PRR foi de 5.556 milhões de euros e verificam que 2.030 milhões  
2 de euros, só numa área, são para o grande capital, enquanto o conjunto da Saúde, Habitação,  
3 Responsabilidade Social, Cultura, Gestão Hídrica, Infraestruturas e Florestas foi só  
4 aumentado em 1.746 mil milhões de euros, enquanto só aquele indicador para o grande  
5 capital foi 2.030 milhões de euros.

6  
7 **O deputado Gonçalo Costa** disse que obviamente as questões com a construção da obra  
8 são da responsabilidade da entidade adjudicante, que no caso pensa ser a Administração  
9 Regional de Saúde do Alentejo, e enquanto Deputado Municipal compete-lhe garantir que  
10 as obrigações que a Câmara Municipal se comprometeu sejam cumpridas.

11  
12 **O deputado Bruno Martins** disse que naquele momento da história do investimento, em  
13 que restam poucas dúvidas que o Hospital Central do Alentejo vai ser uma realidade, estão  
14 a perder aquilo que é o foco essencial que os deveria estar a preocupar, um Hospital Central  
15 do Alentejo num período em que, cada vez mais, os profissionais de saúde são  
16 desvalorizados, portanto, vão ter uma estrutura fantástica na Região e correm o risco não ter  
17 Recursos Humanos naquela estrutura, e isso é que os devia estar a preocupar. O acesso à  
18 carreira de especialidade dos Médicos, como é que o Governo enfrenta ou não a Ordem dos  
19 Médicos, naquilo que é a mobilização desta carreira, e a tentativa de desviar cada vez mais  
20 profissionais para o setor privado, como é a estruturação da carreira de Médicos, de  
21 Enfermeiro e de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica. A preocupação deverá ser  
22 com aquilo que vem a seguir, porque se corre o sério risco de ter um equipamento muito  
23 importante para a Região, e não terem o mais importante, que são os profissionais de saúde.

24  
25 **A deputada Paula de Deus** disse que, de facto, partilha daquela convicção de que o Hospital  
26 se vai realizar, que há um plano de execução de obra, concursos internacionais e às vezes  
27 alguma distração, relativamente ao maior, que são os compromissos públicos naquela  
28 matéria com uma obra daquela grandeza e, portanto, por iniciativa do Partido Socialista e o  
29 Senhor Deputado José Figueira com a grande dissertação que ali lhes trouxe sobre aquilo  
30 que vai ser o planeamento estratégico para o Alentejo, relativamente ao posicionamento, e  
31 pediu desculpa pela redundância de palavras, mas que foi assim que a intervenção do Senhor  
32 Deputado também acabou por resultar sobre o planeamento estratégico do Hospital no  
33 desenvolvimento da região. Desde 2012 que aquele hospital está projetado por iniciativa do  
34 Partido Socialista, foi interrompido e todos sabem as circunstâncias, voltou a ser tomado por  
35 iniciativa do Partido Socialista, está tudo devidamente planeado e, como é óbvio, quando se  
36 pensa num investimento daquela magnitude todas aquelas questões que o senhor Deputado  
37 agora, dia 17 de junho de 2023, foi ali trazer à coação para refletirem, estão mais do que  
38 debatidas e crê que o Senhor Presidente da Câmara de Évora tem, tal como os outros  
39 presidentes de Câmara, participado naquele debate em que todos as entidades têm sido  
40 desenvolvidas, portanto, o senhor deputado chegou a tarde com aquela reflexão, quase  
41 monástica da CDU.

42  
43 **A deputada Paula Pita** começou por dizer que não vai levantar a voz nem vai discutir se  
44 são do PS, se do PSD, se da CDU aqueles problemas, preocupam-na coisas mais banais do  
45 dia a dia da população eborense e que concorda com o deputado Bruno, de facto, o Hospital  
46 vai ser uma realidade, mas têm dois problemas, por um lado a falta de recurso humanos e  
47 por outro lado, se tiverem recursos humanos, não têm habitação para que possam viver.

48  
49 Referiu que leu com muita atenção as atividades da Câmara, e no especto da Intervenção  
50 Social, nomeadamente das Comunidades Ciganas, e uma vez que é Professora e não  
51 consegue deixar de ser Professora, esteve a ler o Plano de Ação e pareceu-lhe muito pouco



1 ambicioso, em termos de Pré-Escolar, porque o programa do absentismo das crianças  
2 ciganas, mais tarde e também com a desvalorização da escola, tem a ver com o facto de elas  
3 não frequentarem o pré-escolar. É professora há muito tempo e sabe que aquele é um dos  
4 principais problemas e por isso acha muito pouco ambicioso que só tivesse como método  
5 integrar três crianças no Pré-Escolar, por ano, porque aquelas crianças chegam ao primeiro  
6 ciclo sem rotinas, sem aprendizagens relacionadas com motricidade fina e, portanto, não  
7 conseguem sequer pegar num lápis e numa caneta como deve ser.

8 Colocou outra questão, que também a preocupa, que é a empreitada da Horta das Figueiras,  
9 que já se iniciou e gostava de saber se estaria pronta a tempo do início das aulas, uma vez  
10 que é muito difícil ter crianças daquela idade, ao mesmo tempo que as obras.

11 Disse também que lhe parece muito importante a questão da rede pedonal e ciclável, mas  
12 deviam melhorar as acessibilidades verdes, era essencial dotar a Cidade, nem que fosse em  
13 redor, com aquela rede pedonal e ciclável, porque andar de manhã e ao fim da tarde à volta  
14 da cidade com os carros é muito complicado, se calhar viriam menos automobilistas para a  
15 cidade, se tivessem uma boa rede pedonal e ciclável, aliada a uma boa rede de transportes  
16 públicos.

17 Sobre a questão da gestão do pessoal, referiu que num total de 1.344 trabalhadores, só em  
18 baixas em abril teve 133, portanto, quase 10% dos ativos e como é que aquilo se pode refletir  
19 e como é que se consegue resolver aquele problema.

20 Informou que lhe foi colocada, por munícipes, uma questão sobre as suas preocupações que  
21 não tem a ver só com as crianças, com os jovens e com as pessoas, tem a ver com a  
22 questão do parque canino, que foi inaugurado com muita pompa e circunstância, mas a  
23 verdade é que a partir daí foi completamente posto ao abandono e com ervas tão grandes que  
24 muitos cães, com as pragas, já tiveram que receber tratamento veterinário e muitos têm  
25 questões a nível de reações alérgicas, assim como a ausência de sombras e locais para que  
26 os tutores se possam sentar, portanto se está muito calor não têm sombras e se chover não  
27 têm onde se resguardar e também a fraca iluminação pública, tendo em conta que a partir da  
28 noite é um risco à segurança de quem o frequenta.

29 Terminou realçando que são as preocupações que o MCE tem naquele momento, porque  
30 algumas das outras que tinha já foram respondidas.

31

32 **O Presidente da Câmara** informou que vai acompanhando aquele tipo de intervenção que  
33 o PS tem relativamente à questão do novo Hospital e esclareceu uma questão importante que  
34 é o facto de não ser possível, ao Município, lançar um concurso de 10 milhões de euros, e  
35 para mais, que exige uma Revisão Orçamental, que significa um valor muito substancial no  
36 Orçamento se não estiver definido qual é o financiamento e de onde é que vem o dinheiro  
37 do Hospital. Recordou que nem o acordo está assinado, ou seja, a ajuda da Câmara ao  
38 Governo para resolver o problema, nem os 10 milhões de euros estão ainda definidos de  
39 onde é que vêm, é o que está ainda a ser discutido com a Senhora Ministra da Coesão,  
40 portanto não o obriguem a inverter ali a situação porque não gostaria de entrar naquela  
41 discussão que não lhe parece levar a lado nenhum.

42 Em relação ao Salão Central, o problema não é o quadro, o problema é o posto de  
43 transformação e a E-Redes deu como próximo prazo, depois de ter dado vários prazos,  
44 setembro do presente ano para concluir o posto de transformação, mas se lhe perguntarem  
45 se garante aquilo, não garante porque de facto já tiveram vários prazos e que aquilo se arrasta  
46 há cerca de um ano.

47 Sobre a questão da limpeza, já falaram ali sobre aquela matéria e, portanto, é repetir a  
48 situação.

49

50 Relativamente a um conjunto de outras questões, o **Presidente da Câmara** começou por  
51 referir que em relação às comunidades ciganas, têm um trabalho que tem sido definido e

1 uma intervenção, mas não são situações fáceis até porque, como se sabe, a comunidade  
2 cigana tem uma vantagem é que pode tirar os miúdos da escola em qualquer altura e inscrever  
3 em outras escola qualquer, portanto é uma situação complexa que não pode ser acompanhada  
4 ao nível do conselho, tem que ser acompanhada, no mínimo, ao nível da região para se ter  
5 alguma intervenção.

6 A obra da Horta da Figueiras é da CIMAC, disse que está planeada e compatibilizada para  
7 dar resposta.

8 Sobre a questão da rede pedonal e ciclável, informou que têm vindo a alargá-la, mas  
9 naturalmente o aumento do trânsito tem a ver com o aumento da dinâmica económica, em  
10 particular, no concelho.

11 Confirmou que têm, de facto, um problema de baixas nos ativos porque têm gente muito  
12 idosa e com problemas de saúde.

13 Em relação ao parque canino, disse que estar completamente ao abandono lhe parece  
14 exagerado, mas irá verificar o que é que se passa porque o que estava programado era haver  
15 uma brigada que tinha por obrigação limpar regularmente o parque.

16  
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 4.

#### 18 19 **4. Prestação de Contas Consolidadas 2022**

20  
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

22  
23 **O Presidente da Câmara** fez uma pequena introdução que correspondeu ao documento que  
24 foi distribuído e disse que as Contas Consolidadas do Município não introduziram alterações  
25 substanciais à prestação de Contas de 2022 do Município já apresentadas e aprovadas. Para  
26 o efeito a contribuição inclui apenas duas entidades, o Município e a Habévora e, portanto,  
27 não haverá nada a acrescentar ao que já se reportou, discutiu, analisou e aprovou, no âmbito  
28 da Prestação de Contas do Município. Referiu a questão da continuidade da adaptação e  
29 preparação da Habévora, relativamente a um conjunto de situações novas, em particular o  
30 Plano Local de Habitação, e como se sabe para além da Habitação Social querem que a  
31 Habévora tenha a gestão noutras áreas e noutros níveis, e também para a criação de parcerias  
32 na oferta de alojamento para estudantes, da possibilidade de alojamento de prazo limitado,  
33 já têm algumas experiências piloto que têm estado a funcionar bem com algumas empresas,  
34 de forma a procurar fixar trabalhadores em Évora. Recordou que a Habévora é uma empresa  
35 que tem uma especificidade muito própria, trata com a habitação social que é, por definição,  
36 deficitária e realçou a consolidação da equiparação e do respetivo ajustamento remuneratório  
37 das carreiras dos trabalhadores da Habévora, que é um dado importante, e que estão neste  
38 momento equiparadas ao Município e, portanto, o que decorre daquela apresentação  
39 daquelas Contas é o que já foi colocado anteriormente.

40 **O Presidente da Câmara** terminou com o agradecimento a todos aqueles, trabalhadores do  
41 Município e da Habévora, que elaboraram aquela Conta Consolidada e também,  
42 naturalmente, o reconhecimento à Senhora Revisora Oficial de Contas que tem tido um papel  
43 muito importante na melhoria qualitativa da Gestão e da apresentação da Conta Consolidada.

44  
45 **O deputado Joaquim Faria** informou que o Movimento Cuidar de Évora vai votar  
46 favoravelmente, contudo deixou claro que vão estar atentos, como já disseram no passado,  
47 à questão da execução porque ainda têm seis meses até ao final do ano, mas a execução, à  
48 data, está aquém daquilo que devia ser feito, conforme o que tinham no Orçamento e que foi  
49 aprovado.

50

1 **O deputado Francisco Figueira** informou que a Bancada da Coligação Mudar com  
2 Confiança acompanha o voto dos seus vereadores na Câmara, abstendo-se naquele ponto.

3  
4 **A deputada Elmina Lopes** informou que a Bancada da CDU iria votar favoravelmente as  
5 Contas Consolidadas.

6  
7 **O deputado Redolfo Pereira** referiu que a prestação de contas que ali têm, com os  
8 documentos elencados, são as Contas Consolidadas que não diferem muito das Contas do  
9 Município que votaram em abril, no entanto reforçou as questões que na altura colocou e  
10 que considera extremamente importantes e também a necessidade de as voltar a referir.

11 Em relação à questão do Investimento, disse que é já recorrente e que em 2022 o  
12 investimento foi de cerca de 30% inferior ao que estava orçamentado e todos os que ali estão  
13 têm a noção que a Cidade precisa de muito mais investimento, ou seja, se o que estava  
14 orçamentado era insuficiente, portanto executar 30% do que estava orçamentado ainda é  
15 muito pior. Referiu que ao nível dos projetos, também é uma situação recorrente, as  
16 candidaturas a projetos cofinanciados também só executaram 15% do valor que estava  
17 inicialmente previsto.

18 Relativamente aos investimentos nas Juntas e Uniões de Freguesias, lembrou que no início  
19 do ano de 2022 foi pedido a todos os Presidentes de Juntas e das Uniões de Freguesias que  
20 enunciassem ou enumerassem uma série de intervenções para a Câmara fazer na Freguesia  
21 durante o mandato, entretanto segundo sabe, pelo menos na maior parte das Juntas, nenhuma  
22 daquelas obras teve início no ano de 2022, portanto foi considerado um ano completamente  
23 perdido, e disse que, relativamente à sua Junta, naquele momento estão a concluir obras que  
24 tinham sido propostas em 2014, 2015 e 2016, nomeadamente a ETAR das Carvalhas que  
25 ainda não está concluída, mas que foi uma proposta já com alguns anos por parte do seu  
26 antecessor, e também a questão da Água dos Castelos que é uma obra que vem de há muitos  
27 anos, que também ainda não está concluída, portanto, referente à questão do investimento  
28 considerou que é preciso fazer muito mais, não só ao nível da Cidade, mas de todo o  
29 Concelho e não apenas na questão da rede viária, mas muito mais do que isso e ao nível dos  
30 projetos exatamente a mesma coisa. Têm que fazer um esforço para que aquela execução de  
31 15 %, pelo menos neste ano, e já vão a meio do ano, seja muito superior a estes 15% que  
32 foram em 2022.

33  
34 **O Presidente da Câmara** disse que tiveram oportunidade de discutir aquelas questões que  
35 foram ali colocadas no âmbito da Prestação de Contas, e recordou que o investimento que é  
36 registado no PPI tem a ver com a execução financeira não com execução física e, portanto,  
37 isso faz toda a diferença.

38 Referiu que estão, de facto, no final do PT2020 e que as obras que estavam previstas foram  
39 feitas anteriormente, na maior parte dos casos, mas que só tinham capacidade para fazer  
40 obras financiadas, exatamente pela situação da Câmara que não permitia que fizessem outras  
41 obras, e que de facto há algumas questões que podem aprofundar mas, a título de exemplo,  
42 recordou que a ETAR das Carvalhas estava para ser feita pelas Águas do Centro Alentejo,  
43 quando foi feita a negociação nos mandatos anteriores e que nunca a fez, e a Câmara  
44 entendeu, a partir de um determinado momento uma vez que as Águas do Centro Alentejo  
45 não faziam a ETAR, assumir a realização da ETAR.

46 Sobre a Água dos Castelos, que é um outro problema, já procuraram resolver para que se  
47 possa ainda assim fazer a ligação da água.

48 Considerou que esperam, naturalmente, que o nível de investimento possa aumentar, mas de  
49 qualquer maneira tem que ser visto sempre em termos físicos e não em termos financeiros.

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do senhor Presidente e  
2 dos eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Prestação de Contas  
3 Consolidadas 2022 a votação.

4  
5 **Deliberação da Prestação de Contas Consolidadas 2022:**

6 **Aprovada por maioria**, com 13 votos a favor (8 da CDU, 3 do MCE, 1 do MICAZA e 1 do  
7 MMPI) e 18 abstenções (13 do PS, 4 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do BE), com  
8 31 presenças verificadas.

9  
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 5.

11  
12 **5. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental | 3º trimestre de 2022 e**  
13 **Relatório e Contas de 2022 da Habévora, E.M. - Para conhecimento.**

14  
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

16  
17 **O Presidente da Câmara** informou que o Relatório é apenas para conhecimento, em rigor  
18 as contas da Habévora até já foram apresentadas para todo o ano de 2022 e, portanto, não  
19 haverá grandes questões a dizer, relativamente àquele Relatório.

20  
21 **O deputado Natanael Vinha** referiu que a Habévora é um instrumento muito importante na  
22 política de habitação, que se constituiu como uma empresa municipal da qual dependem uma  
23 série de cidadãos para verem melhoradas as suas condições de acesso a uma vida melhor,  
24 porque a habitação é um instrumento fundamental para o progresso das sociedades e das  
25 pessoas que têm dificuldade e que têm aquela com o único veículo de acesso a uma  
26 possibilidade dum habitação condigna, e a forma que a Câmara Municipal escolheu para  
27 organizar aquele setor foi através de uma empresa municipal e notou, no ponto anterior, que  
28 o senhor Presidente deixou dito que uma empresa de habitação por definição é deficitária.  
29 Disse que discorda porque não aconteceu sempre no caso da Habévora e não tem que  
30 acontecer necessariamente, não deve procurar o prejuízo para afirmar o seu ponto e, portanto,  
31 deve fazer precisamente o contrário, acha que deve procurar o equilíbrio para que todos os  
32 recursos à disposição sejam utilizados com parcimónia, como naturalmente acha que deve  
33 ser, de forma ponderar e se precisar de aprovar um suprimento municipal de 200, 300 ou 400  
34 mil euros, ou mais, o que precisar a empresa para cumprir o seu papel, não precisa é de pôr  
35 a empresa a dar prejuízo para afirmar o seu ponto e, se não for aquilo, então estava enganado  
36 e percebeu mal.

37  
38 **O Presidente da Câmara** esclareceu que o que disse foi que, por definição, e reiterou, uma  
39 empresa de habitação social é deficitária, por uma razão, que se compreenderá, tem todos os  
40 custos da habitação e não apenas as questões da gestão corrente, mas também as questões  
41 das amortizações da habitação, porque as habitações têm um desgaste, têm uma utilização,  
42 que obriga que, de tempos a tempos, sejam recuperadas e, portanto, se juntarem aqueles  
43 custos todos e forem apenas buscar as rendas que são pagas, porque as rendas são  
44 obrigatoriamente baixas, obviamente a receita, ou se quiserem os proveitos, serão  
45 obrigatoriamente abaixo dos custos, e foi naquele sentido que disse que uma empresa  
46 daquelas é por definição deficitária, porque é óbvio que uma empresa daquelas para subsistir  
47 tem que ter a subsídio ou da Câmara, ou do Estado, ou dos dois, porque não pode  
48 funcionar de outra forma e tem que ser assim e é isso que a Câmara faz. Aliás, se se verificar  
49 em todos os anos em que a Habévora aparece com o valor negativo a Câmara coloca na  
50 Habévora o valor correspondente àquele défice e imediatamente, portanto, o que estava a  
51 querer dizer naquela questão é exatamente que precisam de ter em conta que aquelas

1 empresas têm que ter a tal subsidiação e não podem ser tratadas no âmbito da Legislação das  
2 empresas públicas, como uma qualquer outra empresa pública porque é uma empresa pública  
3 que tem aquelas características, e o que a legislação geral diz é que se as empresas públicas,  
4 ao fim de dois ou três anos tiverem prejuízo fecham as portas, ora aquelas empresas de  
5 carácter de habitação social não podem ser vistas à luz do conceito de lucratividade que outras  
6 possam ser analisadas. Reafirmou que aquele tipo de empresas tem que ter uma área  
7 específica, que permita que a empresa evidencie exatamente aquela situação, porque é o  
8 apoio que, de facto, aquelas entidades estão a dar, e para terminar disse que, em rigor, aquela  
9 empresa não devia existir porque as pessoas não deviam ter necessidade de recorrer a  
10 habitação social para ter habitação digna, deveriam ter rendimentos capazes de ter acesso a  
11 uma habitação social normal, mas é a sociedade que têm e, portanto, nesta sociedade  
12 procuram dar resposta àquele nível, mas foi naquele sentido que tentou explicitar o que quis  
13 dizer com deficitário.

14  
15 **A deputada Paula Pita** disse que, mais uma vez, leu com atenção aquele relatório e  
16 concordou com o senhor Presidente de que uma empresa daquele género, de facto, não  
17 deveria existir, mas existe. Referiu que também viu que é difícil conciliar as contas porque  
18 só em dívidas a nível de rendas são 117 mil e 913 euros, que também muitas vezes é muito  
19 difícil adequar as rendas aos rendimentos auferidos, porque é muito difícil a entrega  
20 voluntária dos documentos e se calhar também devia ser obrigatório que tivessem de entregar  
21 os documentos. Considerou que, de facto, o Município não tem capacidade para dar resposta  
22 porque só conseguiu conceder seis casas no ano passado, portanto, se calhar têm que ver  
23 outra forma de tentar ir ao encontro das necessidades da população, que são muitas, cada vez  
24 também há um maior número de inscritos e portanto a lista de espera é grande.

25  
26 **O Presidente da Câmara** recordou que a Habévora tem 900 casas sociais, que é um impacto  
27 muito significativo do apoio social que há, mas que daquelas 900 casas apenas são libertadas  
28 em média 15 casas por ano, o que é manifestamente pouco para as necessidades, sobretudo  
29 quando estão a aumentar o seu valor, como é o caso da presente conjuntura que se está a  
30 viver e, portanto, há necessidade de aumentar aquela oferta e é isso que estão a procurar  
31 fazer. Esclareceu que referiu aquilo porque naquele momento, exatamente com a alteração  
32 do Estatuto da Habévora, têm um conjunto de outras questões que estão a ser trabalhadas,  
33 como por exemplo, deram um conjunto de apoios e ainda estão em casas da Habévora  
34 refugiados da Ucrânia, mas também de outros países, que são refugiados temporários, mas  
35 que por vezes vão permanecendo nas casas até encontrarem uma solução. Informou que têm  
36 em curso um projeto piloto com a empresa de Aeronáutica Mecachrome para atribuição, a  
37 trabalhadores que querem fixar em Évora, de casas com a utilização por estes trabalhadores  
38 com um valor compatível com os seus rendimentos, chamada a renda técnica, para durante  
39 5 anos procurarem uma alternativa, a iniciativa tem estado a correr bem e já entregaram um  
40 conjunto de casas, e também a empresa Aernnova que também está interessada em participar  
41 naquele projeto piloto para análise. Salientou que têm estado também nalguns casos a  
42 fornecer casas temporárias, para situações de emergência, e, de facto, o número de casas  
43 cedidas é mais significativo do que aquele que está no relatório porque são essencialmente  
44 as questões da área social.

45  
46 **A deputada Isolinda Bailote** cumprimentou todos os presentes e informou que era da União  
47 das Freguesias de N<sup>a</sup> Sra. da Tourega e N<sup>a</sup> Sra. de Guadalupe, que estava em substituição do  
48 Presidente Joaquim Pimpão e que era a Tesoureira da União das Freguesias já eleita há  
49 alguns anos.

50 Disse que foi um gosto estar presente, que não vai com frequência porque também não pode,  
51 agradeceu também ao senhor Presidente da Junta de Freguesia pela receção, que já teve o

1 prazer de estar naquela Escola onde gostou muito de dar aulas, das crianças e do ambiente  
2 acolhedor e foi nesse contexto que pediu a palavra, porque estavam a falar da habitação e  
3 dos problemas da habitação dentro da cidade de Évora, que é uma realidade que toda a gente  
4 sabe, mas que não é só de Évora, é de todo o país, e de todos os Municípios por onde tem  
5 passado aquele problema existe, e como é professora já passou por alguns.

6 Por isso têm que pensar em tentar que as Freguesias, que fazem parte do concelho, como é  
7 o caso da sua, tenham condições, pois estas, em termos de infraestruturas, têm escolas, têm  
8 jardins de infância, têm ATL e têm todas aquelas valências para que os casais jovens se  
9 possam fixar e terem lá os seus filhos, e se calhar descentralizar um bocadinho da Cidade  
10 para as Freguesias, porque se deparam com falta de alunos nas escolas e no pré-escolar, com  
11 uma população extremamente envelhecida, que precisa bastante de ser rejuvenescida e as  
12 pessoas não podem ir para lá morar porque muitas vezes também há falta de habitação, têm  
13 o mesmo problema, existem muitos locais onde não há habitação ou, aliás, há casas a caírem  
14 que são daquelas situações de família que passam de geração em geração e ninguém faz  
15 nada, há casas que estão simplesmente abandonadas e que deveria haver uma intervenção,  
16 pensa que se calhar da parte do Município ou da parte do Estado, para resolver aquelas  
17 situações e aquelas habitações serem rentabilizadas para que possam dar oportunidade a  
18 famílias, que muitas vezes estão com dificuldades em encontrar habitação e que vão  
19 procurar, como é o caso onde mora.

20  
21 **A deputada Paula Pita** disse que talvez tenham de diversificar as ofertas, se calhar não se  
22 basear apenas na oferta social ou na oferta da Câmara, naquele tipo de projetos da Habévorá,  
23 por exemplo, fazer contratos se calhar com particulares e, nomeadamente, com os edifícios  
24 devolutos, quando sair a Lei da Mais Habitação, se calhar é uma solução que podem  
25 encontrar para resolver o problema da habitação que, de facto, é geral a todo o concelho e a  
26 todo o país.

#### 27 28 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

29  
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** informando o início do segundo período de  
31 intervenção do público, questionou se havia algum pedido de intervenção. Verificando não  
32 haver pedidos de intervenção por parte do público, o **Presidente da Assembleia Municipal**  
33 deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

#### 34 35 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

36 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª  
37 Secretária, Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso.

38  
39 Aos 17 dias do mês de junho 2023, no Centro Comunitário de Nossa Senhora de Machede decorreu  
40 a reunião da Assembleia Municipal de Évora, com a Ordem de Trabalhos que foi enviada aos seus  
41 membros atempadamente e com início às 15 horas. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
42 colocou à votação a aprovação e redução desta Ata por minuta, o que foi aprovado por unanimidade  
43 de 30 votos. Foi igualmente colocada à votação a inclusão de um novo ponto na Ordem do Dia, o  
44 primeiro, que consistirá na apresentação pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa  
45 Senhora de Machede, que acolheu esta sessão da Assembleia Municipal de Évora para apresentar a  
46 sua Freguesia, o que foi aprovado por unanimidade de 30 votos e implica a recomendação dos pontos  
47 seguintes: no âmbito do Período Antes da Ordem do Dia relativamente ao ponto a) proposta da  
48 aprovação data número 12 da sessão extraordinária 25 de março de 2023 este foi aprovado por  
49 unanimidade de 30 votos incluindo as correções indicadas pelo Deputado José Figueira.

50 Passou-se à discussão e votação da Recomendação apresentada pela CDU “Estratégia Plano Local  
51 da Habitação de Évora”, foi aprovada por unanimidade de 30 votos. O Voto de Saudação

1 apresentado pela CDU ao “marionetista Manuel Dias”, foi por aprovado por unanimidade 30 votos.  
2 A Moção do Partido Socialista designada “Criação de Grupo de Trabalho Capital Europeia da  
3 Cultura 2027”, foi aprovada por maioria com 28 votos favoráveis e 3 votos contra. Pelo Bloco de  
4 Esquerda a sua Moção designada “Do orgulho LGBTQIA+” foi aprovada por maioria com 23 votos  
5 favoráveis, 5 votos contra e 3 votos de abstenção. O voto de Pesar apresentado pela CDU pela “morte  
6 da poetisa Margarida Morgado” foi aprovado por unanimidade com 31 votos e realizado um minuto  
7 de silêncio. A Moção do Partido Socialista “Comércio com História” foi aprovada por maioria com  
8 18 votos favoráveis, 11 votos contra e 2 votos de abstenção. Foi realizado um minuto de silêncio  
9 pelo falecimento do escritor Luís Carmelo.

10 No período da Ordem do Dia, no âmbito do ponto incluído, o Senhor Presidente da Junta de  
11 Freguesia de Nossa Senhora de Machede apresentou a sua Freguesia. O anterior ponto 1 do Período  
12 da Ordem do Dia passou a número 2, “Nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal  
13 de Évora para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora” tendo sido designadas  
14 Margarida da Serra, pela CDU, e Fátima Cabecinha, pelo MCE. O anterior ponto 2 passou a ponto  
15 3, Informação do Presidente da Câmara Municipal de Évora acerca da Atividade do Município, bem  
16 como a situação financeira do mesmo, destinou-se a conhecimento. O anterior ponto 3 passou a  
17 ponto 4, Prestação de Contas Consolidadas 2022, foi aprovado favoravelmente com 13 votos e com  
18 18 votos de abstenção. O anterior ponto 4 passou a ponto 5, Relatório Trimestral de Gestão e  
19 Execução Orçamental 3º trimestre de 2022 e relatório de contas de 2022 da Habévorá, foi apenas  
20 para conhecimento. No período de intervenção e esclarecimento do público ninguém pediu a palavra.  
21 A presente Ata foi, por mim, Ana Beatriz Cardoso, redigida, lida e colocada à votação desta  
22 Assembleia Municipal.

23  
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

25  
26 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as  
27 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº  
28 75/2013, de 12 de setembro.

29  
30 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por  
31 terminada a sessão pelas uma hora e quarenta minutos, da qual para constar se elaborou a  
32 presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

33  
34  
35 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

36  
37  
38  
39 \_\_\_\_\_  
40 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

41  
42 O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

43  
44  
45 \_\_\_\_\_  
46 *Ananias Quintano*

\_\_\_\_\_ *Ana Beatriz Cardoso*